

Caderno de Estudo 3

Ciclo de Debates

Modelo de Desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil

Em mutirão, construindo alternativas desde o Sul

Caderno de Estudo 3

Ciclo de Debates

Modelo de Desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil

Em mutirão, construindo alternativas desde o Sul

Rosilene Wansetto e Edson G. P. O. Silva (orgs.)

Ciclo de Debates

Modelo de Desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil

1ª edição

São Paulo - 2009

Expediente

Copyright © Rede Jubileu Sul Brasil

Capa: Jubileu Sul Brasil em colaboração com Unisind Gráfica Ltda

Diagramação e Impressão: Unisind Gráfica Ltda.

Ilustrações: Karina da Silva Pereira e arquivo Jubileu Sul Brasil

Tiragem: 3.000 exemplares

Organização: Rosilene Wansetto e Edson G. P. O. Silva

Informações:

Jubileu Sul Brasil

Rua Abolição, 227 – 2º andar
Bairro Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3112-1524
Fax: (11) 3105-9702

endereço eletrônico:
jubileubrasil@terra.com.br

página web:
www.jubileubrasil.org.br

Instituto São Paulo de
Cidadania e Política

Rua Jacuí, 33
Bairro de Mirandópolis
São Paulo – SP
Tel/Fax: (11) 2577 5948

endereço eletrônico:
ispcidadania@superig.com.br

página web:
www.cidadaniaepolitica.org.br

Apoio:

Instituto
Rosa Luxemburg
Stiftung



CAFOD
just one world



Programa Justiça Econômica

FASTENOPFER
Acción Cuaresmal Suiza

Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de São Paulo

Centro de Estágio Pesquisa e Estudo em Seguridade Social

Apresentação

Parte I - Crise e a arquitetura financeira

Crise financeira e a dívida, quem deve pagar a conta? 10

Sandra Quintela

O perigoso namoro do Brasil com as velhas instituições 14

Gabriel Strautman

A CPI da dívida pública e o desenvolvimento nacional 17

Ivan Valente

Parte II - Modelo de desenvolvimento e as mudanças climáticas e ambientais

A humanidade na encruzilhada 20

Ivo Poletto

A complexidade do Meio Ambiente 22

Edson G. P. O. Silva

Desenvolvimento, megaprojetos e as Mudanças Climáticas 28

Robson Formica

Parte III – Seguridade Social e os Direitos Sociais

Crise Mundial e os Direitos Sociais 32

Luiz Bassegio

Sistema tributário gerador da desigualdade social 36

Rosilene Wansetto

Parte IV – Democracia participativa e o projeto popular

Democracia: do esvaziamento à reinvenção 39

Ivo Lesbaupin

A participação popular como meta e como desafio na construção do projeto popular hoje 47

Félix Ruiz Sánchez

Democracia participativa para avançar na transformação social 50

Rosilene Wansetto

Reforma de Estado ou Reforma Política? Um debate ainda restrito e desafiador 55

Edson G. P. O. Silva

Reforma do sistema político: devolver o poder ao povo 61

José Antonio Moroni

Reforma política com participação popular 64

Carmem Cecília Souza Amaral e Luciano Santos

Apresentação

O modelo de desenvolvimento nos impõe um modo de vida que se torna insustentável para garantir o bem estar de todos. Este modelo é alimentado pela força do capital e pela aplicação de políticas neoliberais. Por ser desigual, este modelo gera insegurança, injustiças, pobreza, miséria e o desemprego, além de aprofundar o modelo exportador e excludente. O modelo de desenvolvimento em curso alimenta-se, também do crescente endividamento público em detrimento das políticas públicas e dos direitos sociais. Este modelo adotado pelos governos favorece a exploração e ignora os danos ao meio ambiente, ao planeta, ao clima e a vida. Portanto, é necessário desconstruir o conceito de desenvolvimento e construir alternativas desde o Sul e dos povos.

A crise financeira que se desenhou no final de 2008 e continuou durante todo o ano de 2009 não é um acontecimento isolado, ocorre dentro de um contexto maior e complexo permeado por diversos momentos de ‘tensão’ dos mercados e pelas opções realizadas pelos governos dentro de um processo de crises cíclicas e sistêmicas. Revela, ainda, o desequilíbrio do próprio capitalismo e do modelo adotado pelos governos capitalistas. Portanto, não é uma crise gerada no meio ou pelo povo. É importante dizer que a atual crise é sistêmica e tem características ainda mais preocupantes, se comparada com as outras crises do passado. A crise que ocorreu no final do século XIX (de 1870 a 1896), foi uma crise sistêmica e teve como uma das contradições a eclosão da primeira revolta popular-operária – a Comuna de Paris. Depois tivemos a crise de 1929 a 1945, que teve conseqüências muito importantes no capitalismo, na correlação de força mundial e que só se resolveu com a guerra mundial.

No caso brasileiro, os pensadores deste modelo de desenvolvimento se utilizaram nestes últimos anos de três momentos de crise cíclica. A primeira na década de 60 - 64, foi uma crise do modelo de industrialização dependente; depois tivemos outra crise cíclica na década de 80 - 84, que resultou na derrota da ditadura militar; e no segundo mandato do governo Fernando Henrique, 1998 a 2001, enfrentamos mais uma crise cíclica. Tanto nas crises sistêmicas quanto nas crises cíclicas o modelo de desenvolvimento é aprofundado com políticas neoliberais aliado com o aumento da produção para exportação, o que favorece a entrada de dólares, e assim criar caixa para pagamento da dívida pública. Outra medida adotada pelo modelo é o corte em políticas e direitos sociais, ou seja, diminuição dos investimentos sociais, passando a investir em setores que geram mais divisas, lucros para os capitalistas.

Ao longo dos últimos anos as organizações populares tem enfatizado a importância de trabalhar o conjunto do modelo e no sentido de desconstruí-lo. Um dos enfoques abordados tem sido a complexa temática da dívida pública e social, que vai mais além da análise da dívida financeira somente. A dívida pública suga dos cofres públicos todos os anos milhões de reais que poderiam ser investidos na universalização dos direitos sociais. Só no ano de 2008, a dívida pública sugou o montante de U\$ 282 milhões, ou seja, 30,57% do orçamento público. Sem dúvida este modelo é um escândalo, principalmente, quando verificamos que esse lucro todo

do pagamento da dívida foi para os cofres particulares de emprestadores e doadores, para instituições financeiras (Banco Mundial, Bando Interamericano para o Desenvolvimento, dentre outros). Esses emprestadores, mesmo após terem recebido seus empréstimos, deixam, como herança, no país as condicionalidades, isto é, cortes nos investimentos sociais, precarização e diminuição dos gastos públicos (Educação, saúde, transporte, lazer, seguridade social,...). Sem falar que a riqueza dos 10% dos mais ricos, e que investem na bolsa e compram títulos da dívida, detém mais de 75% da riqueza de nosso país, seja em terras, em imóveis, em renda ou na indústria.

Essa crise mostra, mais uma vez, que não há investimento de risco para as elites econômicas. O risco é assegurado pelos fundos públicos. Privatizar ganhos, socializar custos e riscos, este é o lema do modelo capitalista em curso. As conseqüências dessa injusta opção são sentidas pelos povos - que estão sempre em segundo plano para os governos, que atuam em favor do capital. Por outro lado, fica evidente com a crise ocorrida neste último período, que há recursos disponíveis e que eles são facilmente disponibilizados quando há vontade política. Como vimos centenas de bilhões de dólares sendo enviado para salvar bancos e empresas. Ao povo resta o desemprego, a precarização da vida e o aumento da pobreza.

A crise nos motiva e contribuir na organização popular para lutar por trabalho, aumento nos investimentos sociais, a universalização dos direitos sociais, na ampliação da seguridade social, na concretização da reforma agrária, lutar por outro modelo de desenvolvimento a partir de outras bases. Bases sustentáveis e alternativas e em profundo diálogo com o povo.

Esta publicação objetiva chamar a atenção sobre o fato de que acima dos interesses do sistema econômico - baseado no lucro máximo à custa da exploração máxima da força de trabalho - estão os interesses daqueles e daquelas que continuam sendo a única força que produz riqueza: os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo. É nosso dever como movimentos sociais, redes e instituições populares e sociais, pastorais e organizações laicais contribuir e favorecer o debate, o diálogo e a organização popular dos trabalhadores e trabalhadoras em todos os setores de nossa sociedade.

Para debater estes problemas e as possíveis alternativas, a Rede Jubileu Sul Brasil, o Instituto São Paulo de Cidadania e Política, a Assembléia Popular Nacional, o Conselho do Laicato do Brasil – organismo da CNBB e a Campanha da Fraternidade da Arquidiocese de São Paulo em parceria e apoio do Instituto Rosa Luxemburgo, da CAFOD (Programa Justiça Econômica), da Fastenopfer, do Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo - CLASP e do Centro de Estágio Pesquisa e Estudo em Seguridade Social – CEPSS realizaram no período de agosto a dezembro de 2009 um Ciclo de palestras para discutir o **Modelo de Desenvolvimento e o projeto popular para o Brasil**.

Dentre os temas apresentados estavam: a arquitetura financeira e a crise do capitalismo, o endividamento público e o processo de auditoria, as reformas propostas para a Seguridade Social e a defesa dos direitos sociais, as mudanças climáticas e as dívidas sociais e ambientais, além da temática sobre a democracia participativa e como o povo pode ampliar a sua participa-

ção. E principalmente, alimentar a construção de alternativas desde os países do Sul e apresentar contribuições para a construção do projeto popular para o Brasil.

Os artigos, publicados neste Caderno de Estudo de número 3, estão divididos em quatro blocos conforme os temas tratados durante o Ciclo.

Na primeira parte, o artigo *“Crise financeira e a dívida, quem deve pagar a conta”* nos situa no contexto da atual crise global. O texto aprofunda os questionamentos sobre o atual modelo de endividamento público e as soluções dadas pelo capital. O texto foi escrito pela economista Sandra Quintela. Neste artigo a autora questiona as falsas soluções do mercado para a crise econômica, que por outro lado nos mostra como o sobre-endividamento é um dos mecanismos centrais do capitalismo globalizado. A dívida está “no coração do funcionamento do sistema do capital mundial”. Ainda nesta parte, temos o artigo *“O perigoso namoro do Brasil com as velhas instituições”* de Gabriel Strautman. Este artigo corrobora com o que foi apresentado anterior, quando afirma que “as saídas apontadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são falsas soluções para a atual crise global”. Tais soluções são pensadas pelos atores, FMI, Banco Mundial e BID, que sempre estiveram a frente das políticas de endividamento e de exploração. A preocupação com este tipo de política se expressa na cumplicidade adota por governos, como no caso do Brasil. E o artigo do Ivan Valente *“A CPI da dívida pública e o desenvolvimento nacional”* que trata do grande desafio de auditar as contas públicas. Apresenta o processo de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em curso, os trabalhos por ela realizados e os desafios de fazer uma profunda auditoria sejam, nas contas dos municípios, dos estados e federal. A auditoria é a garantia e o modo possível para abrir a *caixa preta* do endividamento público do Estado brasileiro e, então, pensar, construir alternativas para o desenvolvimento nacional.

A segunda parte está composta por três artigos. Estes artigos focam o problema do modelo de desenvolvimento predador e explorador que tem provocado profundas mudanças climáticas e afetado o meio ambiente e toda a vida presente no planeta. O primeiro texto, *“A humanidade na encruzilhada”* do Ivo Poletto, nos leva a pensar sobre a nossa própria existência e os desafios e as alternativas possíveis. O segundo artigo do sociólogo Edson G. P. O. Silva *“A complexidade do meio-ambiente”* faz um breve histórico desde a Revolução Industrial e a forma como capitalismo foi moldando a sociedade para o consumo desenfreado. E, afirma que “um dos desafios diretos para a humanidade nesse século é anunciar e propor alternativa viável para o meio ambiente e programar ações concretas”. O terceiro artigo, desta segunda parte, trata sobre o *“Desenvolvimento, megaprojetos e as mudanças climáticas”* de Robson Formica, liderança do MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens. Neste artigo, somos questionados sobre que modelo é esse, a necessidade de desconstruir a própria palavra e o conceito a ela agregado. E, por isso, nos provoca a pensar e é oportuno pensar sobre qual projeto queremos para o Brasil.

O conteúdo da terceira parte do Caderno de Estudo é abordado por dois artigos. O primeiro é de autoria do secretário do Grito dos Excluídos Continental, o Luiz Bassegio, que oportunamente aborda a *“Crise Mundial e os Direitos Sociais”*. Apresenta o debate sobre a defesa dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988 e as tentativas de mudança da lei, motivada inclusive a partir do argumento de encontrar alternativas para diminuir a carga para a máquina

pública. No segundo artigo aborda-se o “*Sistema tributário gerador de desigualdades social*” da socióloga, Rosilene Wansetto. Neste artigo a autora traz à luz que historicamente no Brasil os recursos fiscais “sempre foram usados para subsidiar e financiar a acumulação do capital”. E, afirma que para mudar essa lógica da tributação e acabar com as desigualdades na Seguridade Social é necessário, sim, mudar a legislação, mas em favor da ampliação e universalização dos direitos sociais.

Por último, a abordagem sobre os mecanismos da democracia participativa e os desafios para a construção do projeto popular, que conformam a quarta parte do Caderno. Nesta última parte encontramos seis artigos: “*Democracia: do esvaziamento à reinvenção*” do sociólogo e professor da UFRJ, Ivo Lesbaupin; o artigo do cientista social e professor da PUC-SP Félix Ruiz Sánchez “*A participação como meta e como desafio na construção do projeto popular hoje*”; o terceiro artigo da socióloga Rosilene Wansetto “*Democracia participativa para avançar na transformação social*”; a abordagem sobre a “*Reforma do Estado ou Reforma Política? Um debate ainda restrito e desafiador*” do sociólogo Edson G. P. O. Silva; a “*Reforma do sistema político: devolver o poder ao povo*” do José Antonio Moroni; e a “*Reforma política com participação popular*” da educadora Carmem Cecília Souza Amaral e do advogado Luciano Santos.

Este conjunto de artigos são desafiadores para pensar a ampliação da participação popular dentro do atual sistema democrático. Há necessidade de uma Reforma Política e qual reforma? Como chegar a uma transformação social que venha desde baixo, desde os excluídos? Como devolver o poder ao povo e ampliar a participação dentro do atual modelo democrático representativo? E, mais profundo e inquietante é o desafio da construção do projeto popular para o Brasil, que responda as verdadeiras necessidades do povo. Ou seja, o povo decidindo, fazendo e participando da vida política da nação. Estes são alguns elementos tratados neste conjunto de artigos da quarta parte de nosso Caderno de Estudo.

Com esta publicação, pretende-se contribuir para o debate, para o fortalecimento dos sujeitos sociais e das organizações, movimentos sociais de todo Brasil que lutam por justiça, superação das desigualdades de renda e riqueza e que buscam caminhos alternativos a esse modelo de morte, que é a forma como a economia capitalista se organiza. E, que seja um motivador para ampliar a luta em defesa dos direitos sociais e sua universalização. Desejamos pensar juntos e desafiamos a todos a construir *em Mutirão as Alternativas desde o Sul* para que o povo tome em suas mãos o poder de decidir sobre os rumos de cada Nação. Desejamos construir um modelo de desenvolvimento que não seja predador, extrativista e agressivo. *Queremos, em mutirão, construir um mundo economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário, culturalmente plural e ambientalmente sustentável.*

Boa leitura! Bom debate!

Rede Jubileu Sul Brasil

Parte I

Crise financeira e a dívida, quem deve pagar a conta?

Sandra Quintela¹

Em 1998, quando é retomada no Brasil a discussão sobre o peso da dívida pública na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o ponto de partida foi o resgate das dívidas sociais no contexto do trabalho das pastorais sociais ligadas Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. Neste mesmo ano, foi realizado um simpósio em Brasília onde conhecidos economista, mesmo os de esquerda, eram unânimes em afirmar que a dívida externa não era mais um problema para o país.. Naquele então, a dívida externa havia aumentado de 148 bilhões de dólares, no



final de 1994, para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente R\$ 126 bilhões aos credores, isto só de juros da dívida.

10 anos depois, 2008, a dívida interna em setembro/2008 era de R\$ 1,5 trilhão, a dívida externa de US\$ 275 bilhões. Sendo os juros pagos em 2007 de R\$ 138 bilhões e as amortizações R\$ 52 bilhões. Mesmo assim, a grande imprensa, boa parte dos economistas, e, em geral a opinião pública comprou o peixe que a dívida não é um problema mais para o Brasil.

¹ Economista, membro da coordenação do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS e do Jubileu Sul

Cláusula	%
Juros flutuantes	91,78
Todos os pagamentos da dívida deverão ser feitos livres de todos e quaisquer impostos ou taxas brasileiros.	77,19
Pagamento de juros sobre a parte não desembolsada do empréstimo	58,61
Foro estrangeiro (renúncia à soberania)	49,24

Em 2009 o cenário não é diferente. Quando somados os valores do pagamento de juros e encargos da dívida (R\$ 127,1 bilhões) e a amortização (R\$ 106,1 bilhões), chega-se ao montante de R\$ 233,2 bilhões que serão gastos no pagamento da dívida financeira.

Se somarmos a isso a parcela do orçamento em rolagem da dívida (títulos velhos que são trocados por títulos novos) chega-se ao montante de R\$ 758,8 bilhões. Portanto, quase a metade do orçamento fiscal e da seguridade social de 2009 (48%) está comprometida com os credores financeiros do governo.

Mesmo assim, o tema da dívida ainda não ocupa o papel de protagonistas nas lutas sociais no Brasil. O trabalho para que isso aconteça tem sido feito de forma sistemática ao longo dos últimos 10 anos.

A Rede Jubileu Sul tem realizado um esforço significativo para que isso ocorra. Para exemplificar, várias atividades foram realizadas. Em 1999, um tribunal popular sobre a dívida externa que reuniu 2 mil pessoas por dois dias na cidade do Rio de Janeiro, de onde foi construído um veredicto que serviu de orientador político para o trabalho que tem sido realizado ao longo dos últimos anos.

Em 2000 uma consulta popular, que foi chamada de plebiscito, foi organizada em torno da questão da dívida. O plebiscito resultou numa votação que surpreendeu a todos: mais de 6 milhões de votantes. Na cédula as seguintes perguntas: 1.º O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI? 2.º O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988? 3.º Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Em base ao resultado do plebiscito e em especial a segunda pergunta com relação a auditoria, um grupo de ativistas começou a se reunir em Belo Horizonte e, através de articulações com outros movimentos e organizações, começou a realizar um estudo detalhado dos contratos de dívida externa dos últimos anos.

Das 815 resoluções aprovadas pelo senado brasileiro para contratação de novas dívidas, apenas foram localizados nos arquivos do Senado 238 contratos de endividamento, sugerindo o fato de que os senadores não analisavam os contratos, aprovando-os sem sequer lê-los. Tais contratos encontrados representam US\$ 42,7 bilhões, ou apenas 20% do aumento do endividamento ocorrido de 1964 aos dias atuais.

Além disso, nos 238 contratos analisados, foram encontradas cláusulas abusivas que violam a constituição e as leis nacionais. Para se ter uma idéia melhor da situação é só ver alguns itens na tabela abaixo que demonstram a participação no total financiado dos contratos de endividamento disponibilizados pelo Senado entre 1964 e 2001.

Ou seja, em 77, 19% dos contratos analisados, as dívidas foram pagas completamente isentas de pagamento de impostos. Em 58, 61% dos contratos os juros foram pagos sem que a parcela tenha sido desembolsada..., e por aí vai o emaranhado ilegal da questão da dívida externa em nosso país.

O trabalho realizado pela Campanha da Auditoria Cidadã, como parte da Rede Jubileu Sul Brasil, se coaduna com seus objetivos que são os de: conscientizar a população de que uma das causas de seus problemas sociais e econômicos é a dívida externa e interna; aprofundar a relação entre dívida externa e interna e dívidas sociais e ecológicas, levando esse debate à opinião pública e às bases e o objetivo de recolocar o tema na pauta das mobilizações populares questionando o modelo econômico neoliberal.

Hoje o grupo operativo da Auditoria Cidadã se encontra em Brasília e uma de seus membros compôs a Comissão para a Auditoria Integral do crédito público do Equador, representando a Rede Jubileu Sul Global.

Enquanto isso novos ciclos de endividamento se avizinham. A crise econômica pela qual estamos atravessamos, tem servido para nos mostrar como o sobreendividamento é um dos mecanismos centrais do capitalismo globalizado. Ela está no coração do funcionamento do sistema do capital mundial.

A crise financeira, detonada pela crise imobiliária nos EUA, é uma crise de dívida. A dívida dos hipotecados com os bancos, a dívida dos bancos com as seguradoras e os mercados financeiros internacionais e a dívida do governo dos EUA com o resto do mundo através da venda de títulos do Tesouro americano.

O castelo de areia que começou a ruir em 2007, nos ensina o que significa um sistema baseado em um poder de compra que não é real e cujas prioridades são estabelecidas para abastecer uma máquina mortífera que é o modelo de desenvolvimento em curso.

Esse modelo é baseado na exploração máxima dos recursos naturais e em mega conglomerados industriais que se movem em direção aos países do sul deixando "limpos" seus territórios dos países do centro do capital de indústrias sujas e altamente consumidora de energia e matéria prima. No Brasil, por exemplo, hoje, estão sendo implementados ou em implantação cerca de 9 pólos siderúrgicos em regiões de baías e estuários. Desenvolvimento para que? Para quem? Quem está financiando tudo isso?

Quem está financiando o desenvolvimento do capital e quem está pagando a conta? Quem financia os déficits das empresas que perderam em outubro de 2008 com o estouro da bolha financeira? Os governos estão correndo para salvar bancos e financeiras, e

indústrias que especulavam. Essas mesmas indústrias que nunca fizeram gesto significativo para com os governos do sul que estavam sobre endividados nos anos 80 e 90 por indução delas próprias que se endividaram no exterior aumenta a dívida externa consolidada.

Afinal, a dívida externa privada tem a garantia do tesouro nacional e em momentos de crise cambial é comum que sejam estatizadas. Ao mesmo tempo, a remessa de lucros as suas matrizes, a remessa de dividendos aos acionistas estrangeiros, as importações, o pagamento por serviços realizados no exterior, etc. demandam dólares para suas realizações o que precisa ser captado pelas exportações e muitas vezes por contração de novas dívidas para quitar tais débitos.

Por que os governos não dão aos povos o mesmo tratamento que estão dando aos especuladores que investiram em lucrar sem produzir e agora são socorridos tendo todo o risco premiado?

Essa crise tem mostrado que não há mais investimento de risco! O risco é assegurado pelos fundos públicos. Privatizar ganhos, socializar custos e riscos. E suas conseqüências que certamente serão sentidas pelos povos que estão sempre em segundo plano para governos que atuam em favor do capital.

A vida acima da dívida!

O perigoso namoro do Brasil com as velhas instituições

Gabriel Strautman²

As saídas apontadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são falsas soluções para a atual crise global. As decisões anunciadas durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, no mês de outubro de 2009 na Turquia, reforçam esta preocupação, na medida em que as propostas pactuadas, agora com maior cumplicidade do Brasil, apontam para uma retomada da intervenção das IFMs nas economias nacionais e para um novo ciclo de endividamento ilegítimo dos países do Sul.

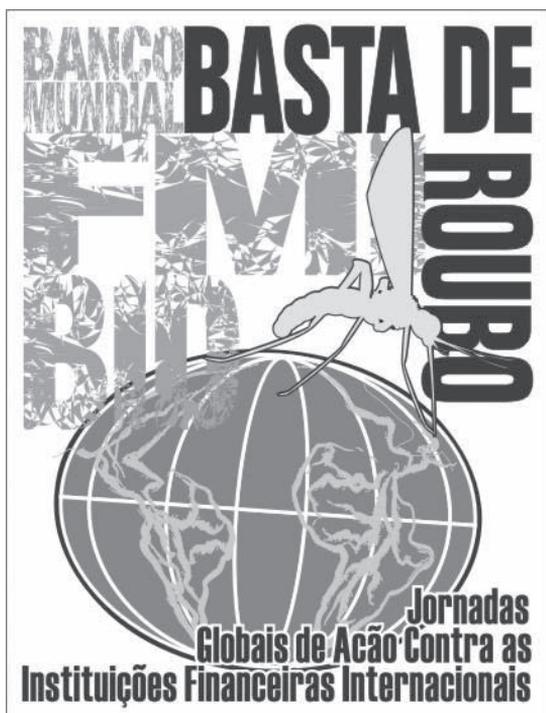
Pouco se poderia esperar da reunião da Turquia em termos de uma resposta realmente séria à crise econômica mundial. Entre os principais pontos de pauta do encontro, constavam a aprovação de um novo fundo de US\$ 500 bilhões para o FMI e a revisão imediata do poder de voto para os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Em jogo, um aporte no valor de US\$ 80 bilhões dos quatro países ao novo fundo do FMI. O acordo estava fechado, na verdade, desde a última reunião do G20 – grupo de presidentes dos países com as 20 maiores economias do globo – realizada semanas antes em Pittsburgh, nos Estados Unidos, e prevê como contrapartida ao aporte um aumento de 5% e 3% no poder de voto dos países do BRIC no FMI e no Banco Mundial, respectivamente.

Empolgados, os ministros da economia dos países do BRIC, entre eles o “nosso” Guido Mantega, chegaram à Turquia falando grosso. Ameaçaram condicionar a aprovação do aporte à uma revisão um pouco menos tímida na divisão do poder no interior das IFMs – pretensão que, no entanto, foi logo abortada pelos países europeus, maiores prejudicados com a revisão. Apesar disso, o aporte, oriundo das reservas internacionais dos quatro países, foi confirmado. A China, sozinha, destinará US\$ 50 bilhões, enquanto Rússia, Índia e o Brasil confiarão cada um, US\$ 10 bilhões ao FMI.

A discussão sobre a revisão do poder de voto, além de outras bobagens, como a eliminação da regra que determina que o diretor chefe do FMI seja necessariamente um cidadão europeu e o do Banco Mundial, um estadunidense, manteve a distração do público enquanto o que realmente importava estava sendo acertado: os países desenvolvidos do Norte cederão espaço para as novas economias emergentes, desde que elas paguem caro pelo título de sócio do clube. E o preço já está definido: é a conta para a retomada do ciclo de crescimento econômico das economias do Norte, quebradas pela crise, às custas do aumento da dívida social dos países do Sul.

A proposta de elevação do FMI à categoria de banco central mundial, também discutida durante o encontro da Turquia, é complementar a esta estratégia. A idéia é transfor-

² Secretário Executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e membro da coordenação do Jubileu Sul Brasil.



mar o FMI num prestador de última instância em escala global, a partir da formação de um novo fundo de socorro para países cujas economias estiverem em crise, uma espécie de seguro contra incêndios, que pagamos, mas esperamos nunca ter que usar, mas pagamos. A expectativa do FMI é de que a criação deste fundo, a partir de parte das reservas internacionais dos países, que nos últimos anos saltaram de US\$ 2 trilhões para US\$ 8 trilhões, com grande participação de países como Brasil e China, libere o resto dos recursos para a retomada imediata dos investimentos, através da execução de projetos de infraestrutura, sobretudo em países do Sul.

Em outras palavras, o que se espera é que os países do Sul sejam o alicerce da retomada do investimento e do consumo numa economia global em crise e que Bra-

sil, Rússia, Índia e China façam jus ao apelido que receberam (BRIC, do inglês brick, que significa tijolo). Esta proposta interessa particularmente aos EUA que, com a sua capacidade de endividamento público e privado esgotadas com a crise, são incapazes de financiar a retomada do crescimento da economia global. Com a desvalorização mundial do dólar dando competitividade aos produtos estadunidenses, este país dependerá de suas exportações e do consumo dos países emergentes para voltar a crescer.

A idéia de canalizar para o mercado interno os volumosos recursos de nossas reservas internacionais é realmente interessante, sobretudo se considerarmos os elevados custos de manutenção dessas reservas em dólar, quando esta moeda está em franca desvalorização, e a alta remuneração de 8,75% ao ano pela SELIC (taxa básica definida pelo Banco Central e utilizada como referência para a política monetária). Mas não para financiar o crescimento das economias desenvolvidas, principalmente quando estas já possuem uma enorme dívida social, ecológica e histórica com os países do Sul ainda a ser reconhecida e reparada. Além disso, quando falamos da dependência dos países do Norte em relação ao consumo dos emergentes, tratamos aqui especialmente das oportunidades encontradas pelas empresas transnacionais na exploração de grandes projetos de infraestrutura nos países do Sul, como os que agora voltam a ser defendidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Este cenário revela que ao invés de buscarem soluções efetivas para a crise, cortando o mal pelas suas raízes mais profundas, as negociações no âmbito do G20 e das IFMs apontam apenas para medidas que promovem o imediato reestabelecimento do ambiente de negócios e o aquecimento da economia global. A participação dos BRICS nos fóruns

internacionais - onde estas decisões são tomadas - apenas serve para legitimá-las, já que estes países pagarão a conta. Organismos como o FMI e o Banco Mundial, que até o ano passado estavam condenados à irrelevância e mal conseguiam aprovar novos empréstimos, estão lucrando alto com a crise e, ao que tudo indica, sairão fortalecidos. No ano fiscal encerrado em junho deste ano, o Banco Mundial contabilizou US\$ 58,8 bilhões em novos empréstimos, um crescimento de 20,6% em relação ao ano anterior.

Em março de 2009, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US\$ 1,3 bilhão que poderá chegar à US\$ 2 bilhões, o maior empréstimo já realizado pelo Banco Mundial ao País. O objetivo do empréstimo é o aprimoramento de nossas políticas ambientais, mas os recursos serão canalizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal investidor em projetos de infraestrutura no Brasil. É fundamental termos sempre em mente que foi graças às reformas liberalizantes impostas a partir da intervenção do FMI e do Banco Mundial que foram estabelecidas as bases para a financeirização das economias que levou à crise atual.

O Brasil deveria usar o seu novo status global para condenar a proposta de promoção do FMI à banco central mundial e propor alternativas que levem à construção de uma nova arquitetura financeira global. Se o governo do presidente Lula não se opuser a isso, e considerando que uma nova bolha ainda pode explodir a qualquer momento, estaríamos, em pleno ano pré-eleitoral, ajudando a escolher raposas para tomar conta do galinheiro.

A CPI da dívida pública e o desenvolvimento nacional

Ivan Valente³

Depois de muita luta e pressão social, a Câmara dos Deputados finalmente instalou, no dia 19 de agosto, a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a dívida pública da União, estados e municípios, o pagamento de juros e amortizações, os beneficiários destes pagamentos e seu impacto nas políticas sociais do País. Aprovada desde dezembro, após pedido apresentado pelo nosso mandato, a CPI esperou muito para se concretizar. Mas finalmente saiu do papel, mostrando que é hora de investigar este mecanismo que é o principal gargalo do desenvolvimento brasileiro.



A crise econômica pela qual passamos explicitou como a política neoliberal no Brasil gerou um modelo dependente financeiramente, que tem como pedra angular a dívida pública, interna e externa. É por ela que o Brasil sofre uma hemorragia brutal nas suas finanças, via recursos orçamentários e a emissão de títulos públicos. Trata-se de um sistema que se retroalimenta e inviabiliza qualquer crescimento sustentável e com justiça social. Não importa quanto se paga. A dívida pública segue aumentando. Recentemente, economistas divulgaram um estudo que mostrou que a própria valorização do real frente ao dólar tem feito a dívida crescer, já que, desde 2008, o Brasil também é credor em dólares. Segundo os cálculos apresentados, a valorização da nossa moeda teria elevado a dívida pública em R\$ 72 bilhões entre janeiro e agosto deste ano.

Esse quadro de crescimento contínuo é esclarecedor para se entender o impacto desta lógica na política econômica que seguiu o receituário do FMI. Através das obrigações da dívida, os governos incorporam a lógica do encolhimento de recursos para a área social, do sucateamento dos serviços e enxugamento da máquina pública. Isto aumenta a miséria e ainda mais a desigualdade social.

O pagamento religioso da dívida explica, por exemplo, o porquê dos vetos ao Plano Nacional de Educação, que elevariam os gastos públicos com o setor a 7% do PIB. O resultado é que a educação brasileira vive de migalhas, assim como a saúde pública, cujos investimentos, mesmo em tempos de epidemias e filas nos hospitais, estão estacionados. Sem falar da infra-estrutura nacional, que segue carente de recursos nas mais diferentes áreas. Em 2008, por exemplo, os pagamentos da dívida consumiram 30,57% dos recursos federais. Enquanto isso, áreas sociais fundamentais receberam parcelas muito inferiores, como a saúde (4,81%) e a educação (2,57%).

³ Deputado federal pelo PSOL-SP.

Daí a importância dos trabalhos desta CPI e do acompanhamento e pressão necessários por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais para que ela traga resultados concretos neste processo. Não é novidade que as investigações sobre a dívida incomodam a maior parte dos partidos políticos e forças poderosas que não querem abrir a caixa preta do endividamento. Têm se mostrado freqüentes, por exemplo, a decisão de partidos como o PSDB e o DEM em obstruírem os trabalhos da Comissão, assim como a falta de quórum para a votação dos requerimentos de informações e de convocação de depoentes. Por duas vezes, a parceria entre tucanos e petistas, fez com que fosse retirado da pauta o convite ao ex-senador Fernando Henrique Cardoso, que foi autor do relatório da Comissão Especial do Senado em 1987 sobre a Dívida Externa.

Neste sentido, o trabalho de organizações da sociedade civil tem se mostrado fundamental para exigir o compromisso dos parlamentares com o efetivo funcionamento da CPI. E, em diálogo com a sociedade brasileira, temos conseguido avanços importantes na investigação na Câmara dos Deputados. Diversos requerimentos apresentados por nosso mandato foram aprovados e documentos por muitos anos negados agora começam a se tornar públicos.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central atenderam a alguns de nossos pedidos de informação e a CPI recebeu centenas de contratos de endividamento externo com Instituições Financeiras Multilaterais, Bancos Privados Internacionais e outros credores, além de Cartas de Intenção com o FMI a partir de 1983. Também foram recebidos contratos de emissão de títulos da dívida externa (bônus) e informações parciais sobre os credores da dívida interna, além de estatísticas sobre o endividamento.

A análise deste conjunto de documentos – somado a outros que já foram e serão solicitados – deve apontar para a realização de uma auditoria integral e participativa da dívida brasileira, cumprindo, finalmente, o que prevê o Artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Tomando como base o exemplo do Equador, onde a auditoria realizada recentemente pelo governo do presidente Rafael Correa comprovou ilegalidades e anulou 70% da dívida com os bancos privados internacionais, aqui no Brasil a CPI da dívida também pode trazer resultados significativos para o povo brasileiro.

Ela pode ir além das respostas a questões básicas sobre o endividamento, como esclarecer a forma pela qual os empréstimos foram contraídos, se o processo respeitou os trâmites legais, onde foram aplicados os recursos, quanto já pagamos, quanto ainda devemos e a influência das taxas de juros abusivas no processo. Esta Comissão pode – e já está fazendo isso – recolocar na agenda política do Brasil este tema, mostrando os reais impactos deste modelo econômico sobre as políticas sociais e o desenvolvimento do Brasil. Para se ter uma idéia, os compromissos com os juros e amortizações da dívida devem comprometer em torno de 50% do orçamento federal do próximo ano. Mesmo assim, o Presidente Lula insiste em dizer que a dívida não é mais um problema para os brasileiros.

Enquanto a dívida pública ocupar o centro da política econômica, serão necessários superávits primários gigantes em detrimento do social e da infra-estrutura. Enquanto vigorar este mecanismo cruel, o Brasil continuará pagando taxas de juros siderais mesmo com uma inflação mais baixa – tudo isso em meio à maior crise econômica vivida pelo capitalismo. Já passamos da hora de conhecer quem se refestela do banquete da dívida pública: bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, instituições financeiras, pessoas jurídicas não residentes no Brasil, etc. A CPI da dívida pública tem agora este desafio, de se concretizar num poderoso instrumento de esclarecimento, denúncia e propostas para superar esse modelo perverso rumo a um desenvolvimento sustentável do Brasil.

A humanidade na encruzilhada

Ivo Poletto⁴

Alguns continuam teimando em negar, mas a humanidade está na situação de quem se encontra numa encruzilhada e deve decidir o caminho que seguirá. Teimar no mesmo caminho parece mais seguro, mas há sinais de que isso pode ser um suicídio; assumir outro caminho, escolhendo entre os alternativos, parece mais sábio, mesmo sendo inseguro e desafiador. O tempo para fazer a escolha é cada dia menor; alguns pensam que, na verdade, o melhor tempo já passou, e a humanidade, mesmo se escolher o melhor, pagará pelo que já fez e pelo que deixou de fazer.

Qual é o problema?

O planeta Terra está se aquecendo numa velocidade muito perigosa, a ponto de colocar em risco a vida. Trata-se de um aquecimento que mexe com tudo: nos mares, derretimento dos gelos polares, aumento do nível das águas, morte de algas e outros seres vivos marinhos, mudanças na formação dos ventos; nos continentes, diminuição de solo disponível para viver, tomado pela água dos mares, aumento de secas e incêndios, aumento de chuvas intensas, causando enchentes violentas, vendavais, furacões, migração de pessoas e de produtos agrícolas. Em resumo, a Terra sofre por causa de desequilíbrios na atmosfera, e já não consegue manter os níveis de calor e frio indispensáveis para a vida, construídos por ela em milhões de anos.

Qual a origem do problema

Por mais que tente, dessa vez o ser humano não escapa da verdade: esse aquecimento global, ao contrário do que aconteceu em outros períodos da história da Terra, tem como origem a quantidade de gases jogados na atmosfera pelo tipo de uso da ciência, de progresso e de consumo feitos pelo ser humano. Ajudou a chegar a esse diagnóstico o uso das melhores ferramentas da ciência humana, dessa vez utilizadas sob o patrocínio e responsabilidade da ONU, sem depender dos interesses das grandes empresas. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que colocou em mutirão mais de 1500 cientistas de todas as partes do globo terrestre, chegou a essa conclusão depois de mais de quinze anos de trabalho conjunto. Suas conclusões foram publicadas em fevereiro de 2007, no 4º Relatório.

São principalmente três os gases envolvidos no problema: o dióxido de carbono, o metano e óxido nitroso. Os três provocam aumento do “efeito estufa”, isto é, um aquecimento geral do

⁴Assessor das Pastorais Sociais da CNBB e colaborador da Cáritas Brasileira e membro da coordenação da Assembléia Popular. e Jubileu Sul do Brasil.

clima no planeta, causando Mudanças Climáticas cada vez mais perigosas. Esses gases sempre fizeram parte da atmosfera, e ajudam a evitar calor em excesso durante o dia, deixando entrar só parte dos raios solares, e a evitar frio mortal durante a noite, guardando parte do calor formado durante o dia. Seu aumento, porém, retém mais calor, provocando aumento geral médio da temperatura.

E a crise financeira global, o que tem a ver com isso?

Fala-se muito da crise financeira: quem a teria causado, qual o seu caráter, como sair dela etc. Sabe-se que nasceu nos países mais ricos, especialmente os Estados Unidos da América do Norte, e que atingiu principalmente a sua economia. Ela tem origem, por um lado, na queda da margem de lucro das grandes empresas porque a população já não estava a fim de gastar; por outro, ela surgiu das loucuras do capital financeiro para manter e multiplicar lucros apenas com movimentação de dinheiro. Foi criada uma bolha imensa de dinheiro-papel, sem lastro na economia real, mas tentando animar a economia real, de imóveis, por exemplo, com a especulação. Resultado: num momento, a bolha explodiu, e muito dinheiro, muita riqueza e poder econômico foram para o espaço.

Para sair dela, os empresários, até então avessos à presença do Estado na economia, exigiram socorro trilionário de recursos públicos. Segundo a ONU, ao todo, no mundo, foram repassados 18 trilhões de dólares a bancos e empresas em crise. É claro que, no fim das contas, a corda rompeu no lado mais fraco: a miséria atingiu mais 100 milhões de pessoas, levando o número dos que não dispõem nem do essencial para sobreviver a ultrapassar a casa de um bilhão.

Se as pessoas, e especialmente as grandes empresas capitalistas globalizadas e seus bancos, tivessem olhos e ouvidos para a realidade, essa crise poderia ser uma bela oportunidade. Por quê? Exatamente por ser possível dar-se conta de que a “economia” de mercado capitalista é causadora, ao mesmo tempo, da crise econômico-financeira e da crise do Aquecimento do planeta. Ora, como sem enfrentar as Mudanças Climáticas a própria vida entra em perigo, está aí a oportunidade de mudar, de corrigir o que tem provocado e continua aumentando o Aquecimento global. Mas, como isso exige abandonar o consumismo de todo tipo, e especialmente tudo que exige mais consumo de fontes fósseis de energia, como petróleo, carvão mineral e gás, muitos empresários e governos aliados preferem enfrentar a crise mantendo-se no mesmo caminho. Mas, se não houver mudanças profundas e rápidas, aumentará cada dia mais os riscos para todas as formas de vida, e especialmente para os seres humanos.

Para os movimentos sociais, as duas crises são pontos de apoio: dão razão às suas críticas do sistema capitalista e dão aval positivo ao seu esforço mundial em favor de outra economia, outro mundo, outra civilização, outro desenvolvimento, outra forma de conviver com a Terra. Mas precisam mobilizar rapidamente o poder da cidadania para exigir as mudanças profundas necessárias e para ir avançando nos caminhos alternativos que são semente de outro mundo, um mundo assentado sobre a solidariedade entre os seres humanos e seus povos, bem como de convivência carinhosa com os demais seres vivos e com a Terra.

A complexidade do Meio Ambiente

Edson G. P. O. Silva⁵



Iniciamos o segundo debate do Ciclo “Modelo de Desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil” tendo como temática o Modelo de Desenvolvimento e as mudanças ambientais.

A Revolução Industrial é o marco inicial da agressão ao meio ambiente que se consolidou de forma contínua e crescente. Produzindo inúmeras mercadorias, das básicas e necessárias até o excesso de descartáveis e inúteis, sempre com o objetivo de promover o conforto e o luxo para a vida humana, que não está disponível a todos de forma igualitária. Processo este atrelado aos interesses do Capitalismo em acumular e concentrar a riqueza através do capital sobre o trabalho na forma do lucro.

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se mostra nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado concentra a força motriz histórica da sociedade (o proletariado urbano), e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo (MARX, 1998).

No início todos acreditavam na certeza de que a natureza seria capaz de oferecer de forma infinita os recursos naturais para a produção; novos produtos vão sendo anexados ao processo produtivo como os combustíveis fósseis, novos tipos de mercadorias são produzidas tendo como base, por exemplo, o petróleo. Além do uso de fontes de energia poluidoras.

A crise ambiental que se vive hoje não se restringe apenas a dimensão econômica ou ao modo produtivo. Ela está inserida uma complexa realidade de inter-relações que agem e retroagem entre si, interferindo nas dimensões da cultura, do modo de vida, nas situações de conflitos e guerras, e principalmente no controle dos países capitalistas sob os países pobres e não desenvolvidos.

⁵ Sociólogo formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas – FFLCH da USP, mestrando em Serviço Social pela PUC SP, professor universitário do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, funcionário público da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, secretário do Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – CLASP, presidente do Conselho de Leigos da Região Episcopal Ipiranga – CLERI, coordenador de projetos do Instituto São Paulo de Cidadania e Política.

As primeiras manifestações ambientais ocorreram em torno da defesa da vida de espécies, da fauna e flora, que vinham sendo eliminadas pelas atividades predatórias. Que por interesse econômico vinham sacrificando a vida de baleias, botos, primatas, espécies raras de peixes, mamíferos entre outros.

Com o processo acelerado da urbanização ocorrido na Europa do século XVIII ao XX, e de modo específico na América Latina na metade de século XX, alterou-se as condições da vida natural e hoje atinge diretamente as condições da vida humana. Este processo, mesmo diante das inúmeras denúncias, preocupações, previsões, ainda não foi interrompido, pois é forte e crescente o avanço do interesse do capital, principalmente no campo da agricultura com a produção em grandes latifúndios de monocultura e de sementes transgênicas. No Brasil os grandes investidores avançam com a devastação de florestas para entrada do gado; para plantação de cana de açúcar; no cultivo de sementes transgênicas como o milho, soja, entre outros.

Infelizmente os grandes encontros internacionais não tiveram a força política suficiente para alterar o processo de exploração dos recursos naturais de forma a preservar a vida, seja da fauna ou da flora, bem como da comunidade humana. Outras temáticas também não conseguem resultados efetivos por pressão direta do setor econômico mundial sobre seus respectivos governantes. Por isso temos o debate da privatização da água, da produção energia, uso de componentes químicos, o perigo da radiação, o aquecimento global com o buraco na camada de ozônio, o derretimento dos pólos ártico e antártico, as alterações climáticas.

Os principais encontros no começo do século XX foram: Convenção para a preservação dos animais selvagens, pássaros e peixes na África (1900); Convenção para a proteção dos pássaros úteis à agricultura (1902); Tratado para a preservação e proteção das focas de pele (1911); I Congresso internacional para proteção da natureza (1923); Convenção para a regulação da pesca de baleia (1931); Convenção relativa para preservação da fauna e flora em seu estado natural (1933); Convenção de Londres, sobre a proteção da natureza e preservação da vida selvagem no hemisfério ocidental (1940) e Convenção para proteção da flora e da fauna das belezas cênicas atuais dos países da América (1940).

Após a fundação da ONU em 1948 destaca-se a primeira Conferência em Estocolmo (1972) na Suécia para tratar das questões ambientais sobre a poluição do ar e da chuva ácida. Com a participação de 113 países-membros é considerada um marco histórico político internacional para as questões ambientais.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promove em Belgrado (Iugoslávia), encontro internacional de educação ambiental que visa um amplo entendimento e respeito à natureza e melhor relação entre a humanidade. Contou com a participação de 65 países-membros que formularam princípios e orientações para programas internacionais.

O Brasil irá sediar no Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 a Conferência

das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO 92) com a participação de 179 países-membros, tendo como objetivo a discussão sobre o desenvolvimento sustentável. A ECO 92 apresentou os seguintes documentos oficiais: a Carta da Terra, a Convenção sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas, e a Agenda 21 como aplicação prática de preservação e sustentabilidade ambiental diante da complexidade global, nacional e local.

É necessária a mobilização popular para que o debate da questão ambiental entre efetivamente na agenda da Política e da Economia, caso contrário a continuidade de agressões ambientais com a poluição das águas, do ar, do solo e subsolo, entre outros, não temos muitas expectativas quando ao mundo que deixaremos para as futuras gerações.

O crescimento do capitalismo, no modelo neoliberal, mostra o seu lado mais destrutivo onde o meio ambiente passa a ser o alvo mais frágil conjuntamente com as massas excluídas dos seus direitos. Não é possível separar o meio ambiente da problemática geral da vida humana, ele é ao mesmo tempo o todo e o tudo que está em nossa volta. As agressões são perceptíveis com o avanço do desmatamento, a poluição do ar e a diminuição de água potável para o consumo humano, o aquecimento global a ocupação dos espaços como as áreas de mananciais – ocupações normalmente efetuadas pela população menos favorecida – as enchentes das áreas periféricas, dos fundos de vales e de áreas centrais extremamente urbanizadas e verticalizadas pela construção irracional de grandes edifícios comerciais e residenciais.

Borges (2008), em seu texto sobre a ALCA e o meio ambiente, destaca: *os fatos nos lembram, a cada instante, que não reinamos sobre a natureza como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro (...), mas que fazemos parte dela como nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que estamos em seu seio e que todo o domínio sobre ela reside na vantagem que temos, em relação ao conjunto das outras criaturas, de conhecer suas leis e poder servir-nos dela de forma criteriosa.*

No Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), morrem 13 mil pessoas por ano por decorrências de problemas causados pela poluição urbana. Nas grandes cidades o enxofre, altamente cancerígeno, é responsável pela morte de 3 mil pessoas por ano numa cidade como São Paulo, o custo da poluição para o sistema de saúde ultrapassa a US\$ 1,5 bilhão ao ano.

São 28 milhões de veículos leves que consomem 45 bilhões de litros de combustível (sendo 25 bilhões de álcool etanol – considerado combustível mais limpo que a gasolina). Além do problema da poluição do ar também se deve considerar o problemas do congestionamento por conta do excesso de carros nas ruas.

Segundo dados da CETESB/SP a opção pelo transporte individual em automóveis inviabiliza a mobilidade humana nas metrópoles, pois o trânsito nas grandes cidades brasileiras gera uma perda de 5% na produtividade, em São Paulo são 6,5 milhões de veículos e 1.500 novos veículos licenciados por dia no Estado. Uma das medidas que contribuem para

a diminuição da poluição do ar é a inspeção veicular que pode reduzir em até 50% as emissões de poluentes de motores desregulados.

O transporte individual (carros, motos e táxis) é o maior causador do trânsito na capital paulistana, pois ocupam 88% das avenidas, mas só transportam 49,1% das pessoas, enquanto que o transporte coletivo utiliza 12% das faixas e transporta aproximadamente 50,9% das pessoas⁶.

A solução estaria no controle de poluentes pelos carros, investimentos em combustíveis mais limpos, incentivo à produção de biodiesel, fabricação de automóveis elétricos e sua disponibilização para o mercado interno, pois segundo dados apresentados na imprensa os automóveis “menos poluentes” produzidos no Brasil somente estão disponíveis ao mercado externo.

Nos últimos trinta anos várias organizações foram se consolidando no campo da defesa ambiental, instituições sociais e religiosas também foram desenvolvendo campanhas e atividades de conscientização.

O principal divisor de águas da luta ideológica consiste em colocar, de um lado, os gestores do capitalismo e as formas que estes vêm encontrando para enfrentar a crise ambiental sem questionar os alicerces do sistema e o modelo de desenvolvimento depredador e excludente que lhe é característico. De outro, o movimento popular e diverso segmento da sociedade civil que vêm na reformulação deste modelo de desenvolvimento e na democratização do controle e da gestão dos recursos naturais, o caminho para a construção de um planeta mais saudável e uma sociedade mais justa. (SOARES, 1992)

Um exemplo interessante é a Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que trouxe a temática em suas campanhas anuais como por exemplo a Campanha da Fraternidade de 1979 com o tema sobre “Mundo mais Humano” e o lema “Preserve o que é de todos”. Pode-se destacar também outras campanhas que estiveram co-relacionadas com o meio ambiente como “Fome” (1985) “Terra” (1986), “Exclusão Social” (1995), “Índios” (2002), “Água” (2004), Amazônia (2007) e “Planeta Terra” (2011).

A escassez dos recursos naturais, o crescimento desordenado da população mundial e da excessiva concentração econômica das elites industriais e dos investidores em capital financeiro afeta de forma direta e intensa o meio ambiente. Desencadeia, portanto, conflitos relacionados à sustentabilidade ambiental e manutenção do sistema econômico.

⁶ Fonte: Cálculo de Horácio Augusto Figueira, consultor de engenharia de tráfego e transporte. Jornal do Senado, Brasília, 31 de Agosto de 2009, página 09.

Sendo assim observa-se que o debate sobre a questão ambiental no âmbito internacional também está em constante evidência no Brasil, pois em solo brasileiro encontram-se diversos ecossistemas integrados entre si, como os Pampas, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Floresta Amazônica. Destes, destaca-se a Amazônia com a sua diversidade ambiental que é vista como prioridade na preservação tanto por parte dos ambientalistas internacionais e nacionais, bem como dos governos dos EUA e Europa.

(...) desde o primeiro pau-brasil, passando pelas riquezas dos Astecas, dos Maias, dos Incas, as minas de Potosi, até ao comércio do mogno e outras madeiras nobres da Amazônia, ou até mesmo a biopirataria de nossas essências, princípios ativos e saberes populares, realmente não há equação matemática que possa nos dizer, sequer aproximadamente, a magnitude desse débito. Entretanto, ele pode ser sinalizado, como que numa linha do tempo, pavimentada pela rapinagem de nossas riquezas nesses quinhentos anos (MALVEZZI, 2008).

Os recursos hídricos são a grande preocupação dos países de primeiro mundo e setores econômicos, pois como os estudiosos ambientalistas prevêem a escassez da água potável, o Brasil sendo a maior reserva de água potável do mundo passa a ser foco principal. Não é apenas os recursos hídricos da Amazônia é também o olhar sobre o maior aquífero conhecido do mundo, o aquífero Guarani, que está localizado em rochas da bacia sedimentar do Paraná e ocupa uma área de mais de 1,2 milhões de km². Este super aquífero estende-se pelo Brasil, (Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 840.000 km². Estes recursos são superiores a todo volume de água presente nos rios e lagos do planeta. O país teria seu abastecimento garantido por milhares e milhares de anos se não fosse pela contaminação.

Mesmo com toda esta onda contrária a medidas de preservação ambiental encontramos diversas iniciativas sendo desenvolvidos por diversos atores, públicos e privados, com a organização de diversos trabalhos de conscientização, formação e vivência de iniciativas no sentido de preservar áreas ecológicas, a reciclagem do lixo, a arborização de áreas comunitárias ou bairros, etc.

No município de São Paulo temos o exemplo da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CADES) iniciado na gestão da prefeita Marta Suplicy, como efetivação da Agenda 21 definida na ECO 92. Atualmente o poder público municipal vem criando em cada subprefeitura um CADES regional a fim de promover as discussões e a busca de soluções para as questões do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e a cultura de paz, com a participação de representantes eleitos pela comunidade local.

O meio ambiente é parte integrante da vida e precisa ser preservado. A população precisa se integrar para preservar, pois é através da integração do humano com o meio que haverá valorização e o cuidado para a sobrevivência da pessoa humana e do meio ambiente. Atualmente a luta vem sendo desenvolvida por inúmeras ONGs ambientalistas e também por várias expressões dos movimentos populares e sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, movimentos indígenas e quilombolas.

Os movimentos sociais são vistos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. São adotadas diferentes estratégias nessas ações, tornando-se desde uma simples denúncia e até pressão direta ou indireta. Independente de cada época, os movimentos sociais sempre tiveram um papel importante dentro da história. Essas ocorrências consistem na geração permanente de novas determinações, articulando-se com as mais antigas e transfigurando-as, representando forças sociais organizadas. (GOHN, 1991).

Um dos desafios diretos para a humanidade nesse século é anunciar e propor alternativa viável para o meio ambiente e programar ações concretas direcionadas ao avanço nesta questão; mas o processo é paulatino, visto que os estragos causados já são evidentes.

Referências bibliográficas:

BORGES, Altamiro. A ALCA e o meio ambiente.

MALVEZZI, Roberto. A ilegitimidade da dívida pública: Quem deve a quem? Alternativa desde o Sul. In Rede Jubileu Sul Brasil. São Paulo: 2008.

SOARES, Maria Clara Couto. Dívida Externa, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Base, 1992.

Gohn, Maria da Glória. História dos movimentos sociais e lutas sociais. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

Desenvolvimento, megaprojetos e as Mudanças Climáticas

Robson Formica⁷

O debate acerca da questão ambiental e/ou climática tem sido pautado de forma bastante enfática nos últimos anos. Todos que neste momento assumirem ou incorporarem o discurso ambiental, sejam empresários, personalidades, empresas, enfim, qualquer ator social que se apresentar com esta perspectiva estará se apresentando e dialogando, *aparentemente*, de forma simpática à sociedade. Afirmamos aparentemente neste caso porque de fato, a publicidade tem maquiado uma série de práticas que, não condizem com a realidade cotidiana de várias grandes empresas destruidoras do meio ambiente.

Nesse sentido, grandes empresas transnacionais, como Votorantin, Vale, Aracruz, Bradesco e outras postam-se, através de pomposas campanhas publicitárias, ao mesmo nível e ao mesmo patamar de debate e referência de uma série de organizações e movimentos sociais, completamente antagônicos as grandes empresas transnacionais. Como podemos imaginar empresas como as citadas acima e movimentos e organizações como a Via Campesina num mesmo “campo” de debate como defensores do meio ambiente. Desta forma nos indagamos quais as diferenças entre uns e outros?

De fato o que nos diferencia (grandes transnacionais de movimentos sociais) são os interesses que estão ocultos, muitas vezes, nesse debate, é a concepção de sociedade, e por consequência, a concepção de meio ambiente que temos.

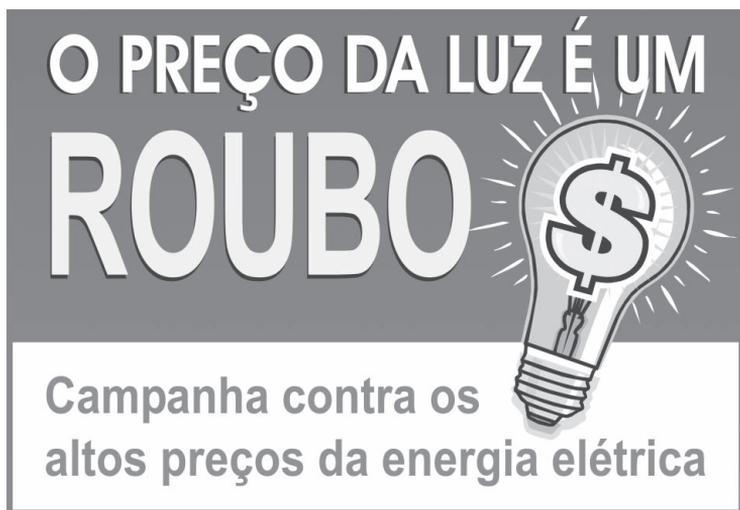
A concepção de mundo das grandes empresas é a de que devemos e necessitamos produzir/consumir cada vez mais, de forma acelerada e continua, sem levar em conta para que serve, ou seja, qual a função social desta produção e que consequências sociais e ambientais elas ocasionam. Essa produção/consumo em escala desordenada além de sérios problemas ambientais, que podem colocar em risco, num curto espaço de tempo, a vida no planeta, tem acentuado cada vez mais intensa as desigualdades sociais. De um lado, poucos têm acumulado cada vez mais riquezas às custas de uma imensa maioria colocada a margem e excluída de condições básicas de sobrevivência.

Para as grandes empresas transnacionais o meio ambiente tem como função fornecer matérias-primas em abundância a fim de proporcionar a maior acumulação de capital possível, e a maior realização de lucro no menor tempo, independentemente dos impactos e consequências que terão as ações destes grandes grupos econômicos. A forma mais avançada dessa destruição são os megaprojetos, mineração, hidrelétricas, monoculturas, dentre outros.

Para as organizações e movimentos sociais que tem pautado seus debates na perspectiva de construir um “Projeto Popular para o Brasil” compreendem, grosso modo, que a produção e o consumo devem estar pautados de forma direta com as reais necessidades sociais e com as

⁷ Da coordenação nacional e estadual (Paraná) do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB).

possibilidades que o planeta nos oferece. Desta forma propomos que o processo de reprodução da vida social não esteja submetido à lógica concentradora do lucro, da acumulação de capital e da ganância desenfreada e inseqüente das grandes empresas transnacionais. A relação com o meio ambiente nessa perspectiva devesse pautar-se pelo respeito, equilíbrio, prevenção e preservação e não meramente utilitária, predatória e destruidora como ocorre hoje.



O atual modelo de sociedade, capitalista, predominante e hegemônico, por sua própria lógica e dinâmica de organização e funcionamento tem causado sérios problemas sócio-ambientais. A crise a atual, crise econômica é a manifestação mais recente desse processo. Para sair da crise os apontamentos indicam que três são as possibilidades historicamente confirmadas: 1) a intensificação da exploração dos recursos naturais; 2) aumento da exploração da força de trabalho e 3) guerras. Podemos observar que de fato esses três elementos estão sendo implementados e utilizados. No primeiro caso os megaprojetos são as manifestações mais evidentes da concretização dessa medida, podemos citar aqui programas e projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

Nessa mesma linha, apresentam o contexto de crise econômica como sendo um cenário de oportunidades, isso legitimaria novos investimentos, novos projetos e justificaria maior exploração dos recursos naturais, apresentando o debate ambiental descolado dos problemas sociais. O segundo ponto na ameaça e na retirada de direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo, inclusive com a manifestação de muitas greves nos últimos tempos. E o terceiro ponto através de guerras regionais, sempre atendendo à interesses imperialistas, como no Iraque, Afeganistão e de programas como a tentativa de implementação de bases militares como por exemplo na Colômbia. Outro elemento importante que cabe destaque foi a investida golpista do imperialismo, protagonizada em Honduras, que atentou à soberania do povo hondurenho e que tirou o presidente Zelaia do poder, mas que no entanto está submetida a um grande isolamento internacional.

Este modelo de sociedade tem levado mais de 1 bilhão de pessoas à insegurança alimentar, a uma destruição sem precedentes da natureza e a um grau de concentração de capital e riquezas de forma muito intensa, no Brasil as fusões entre Perdigão e Sadia, Real e Santander e Itaú e Unibanco ilustram bem essa nova configuração.

Outra questão normalmente maquiada no âmbito dos debates atuais é uma pretensa e falsa dicotomia entre sociedade e natureza. As grandes empresas e corporações sempre desconsideram. Deste modo, a noção ou a ideia de meio ambiente é uma construção, é uma representação social, e não pode ser considerada “fora” do contexto social. Por outro lado e, um tanto quanto distorcida, consideram a questão social, separada da ambiental, ou seja, como se fosse possível existir sociedade sem meio ambiente.

Obviamente que em algumas circunstâncias, a separação sociedade e ambiente, pode e facilita certas compreensões, estudos e análises. No entanto, na maioria dos casos essa separação aparece muito mais como dicotomia, antagonismo, justamente por aqueles que ambientalmente causam os maiores desastres e socialmente as maiores desigualdades. Em grande medida essa dicotomia apresentada pelas grandes empresas em suas campanhas publicitárias, tem como objetivo, por um lado demonstrar que respeitam o meio ambiente, quando na verdade são os grandes algozes. E, de outro lado, escamotear as contradições sociais que os seus projetos causam, alimentando a lógica do modelo de desenvolvimento predominante, de forma a se apresentarem dóceis à sociedade em geral.

No âmbito dos megaprojetos do setor energético e em especial do setor elétrico, e o que discutimos nas linhas anteriores, se manifesta da mesma forma. A água e a energia se tornaram mercadorias ao longo do tempo. Isso significa que não estão a serviço das necessidades do povo, com acessibilidade e universalidade, preços condizentes com a realidade do povo, mas a água e a energia estão diretamente vinculadas aos interesses de um projeto de desenvolvimento soberano em nosso país.

Grandes empresas transnacionais tem se apropriado de nossos rios, de nossa biodiversidade e da nossa energia elétrica, que por sua matriz ser predominantemente de fonte hídrica pode ser produzida a um custo econômico baixo. Além, da apropriação de um excedente econômico gigantesco que pode chegar a algo entorno de R\$ 50 bilhões/ano se levarmos em conta todo o setor elétrico.

O setor elétrico tem atendido aos interesses de acumulação e reprodução ampliada de riquezas e, ao mesmo tempo, atua noutra frente como subsidio à grandes empresas eletrointensivas, que produzem mercadorias com baixo valor agregado e pautados pelos interesses dos mercados internacionais, intensificando e perpetuando nossa condição de país dependente e vulnerável aos interesses internacionais, principalmente imperialistas.

Essa dupla função da energia se manifesta de forma escancarada quando comparamos o preço pago por uma família de trabalhadores e por uma grande empresa consumidora. A diferença pode chegar a mais de 12 vezes, sendo, obviamente que a família trabalhadora tenha que pagar até mais de R\$ 0,60 por kw/hora, diferente de uma grande transnacional como a Alcoa que paga menos de R\$ 0,05 por kw/hora. Sem falarmos dos grandes impactos sócio-ambientais causados pelas hidrelétricas, como a expulsão de milhares de famílias camponesas de suas terras e a perda de significativa quantidade de biodiversidade, ocasionadas pela formação dos

lagos. “Custo” este, não contabilizado pelas grandes transnacionais quando constroem barragens com a justificativa de ter baixo custo de produção e baixo impacto ambiental.

Num contexto, onde os problemas sócio-ambientais decorrente de um modelo de desenvolvimento que se mostra cada vez mais esgotado e que tem levado a sociedade a uma condição cada vez mais desumana, violenta, excludente, encontramos do outro lado, a sustentabilidade do planeta em níveis desastrosos. O que corrobora com a necessidade histórica de superação do sistema social vigente por um modelo justo, sustentável, solidário e que realmente dê conta de atender as necessidades básicas da humanidade sem a destruição desenfreada do meio ambiente e sem a exploração do homem pelo homem.

Não há mais espaço, nem perspectiva de melhorias dentro dos marcos do modelo capitalista, o que há nesse caso é a intensificação dos problemas que se manifestam cotidianamente.

Portanto, a organização popular em espaços de articulação e luta se tornam imprescindíveis nesse momento. Mesmo que estejamos passando por um contexto de dificuldades de reencontrar o caminho do ascenso das lutas de massas, precisamos nos organizar. Trabalho de base, debate e discussão com o povo, com as bases dos movimentos sociais e populares organizados é o caminho para recuperarmos o tempo perdido.

As contradições estão todas explicitamente colocadas. Cabe a todos a iniciativa de levar a discussão, sobre as verdadeiras causas, sobre o fundamento original dos problemas que a humanidade enfrenta na atualidade e assim propor uma mudança radical, que estabeleça um novo parâmetro, uma nova referência, um novo modelo de sociedade que corresponda com as necessidades do povo, com a soberania, com a autodeterminação e o protagonismo popular. Começemos antes que seja tarde demais.

Parte III

Crise Mundial e os Direitos Sociais

Luiz Bassegio⁸

Natureza da Crise

A atual crise é profunda e será prolongada, é a crise do Paradigma do capitalismo; faz parte das crises cíclicas deste modelo. É uma crise de superprodução e quem a provocou foi a capital financeiro especulativo, na ânsia de ter sempre maiores lucros e cada vez mais rápido. Têm culpa no cartório, também as empresas transnacionais que preferiram investir na ciranda financeira em vez de investir na produção. Não estão ilesos também o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacionais com suas políticas neoliberais de estado mínimo e de acreditar que o mercado tudo resolveria por si só. São culpados também os bancos e o Governo dos Estados Unidos



Essa crise do paradigma capitalista, ela provoca diversas outras crises como a ambiental, social, política, cultural e energética.

A saída que os capitalistas propõem

Os capitalistas apontam como principais saídas para superá-la as seguintes: supressão dos direitos dos trabalhadores; aumento de exploração dos trabalhadores em todo o mundo, ou seja exigir maior produtividade e diminuir número de trabalhadores; diminuição da jornada de trabalho com diminuição do salário; desovar as mercadorias acumuladas; uso do Estado para salvá-los através dos recursos públicos; maior apropriação dos recursos naturais pelos capitalistas o que provocaria uma maior depredação do meio-ambiente e mudanças no padrão tecnológico na produção industrial.

⁸ Secretário Executivo do Grito dos Excluídos/as Continental.

Nossas Propostas

Nós defendemos que não superaremos a crise “com mais do mesmo”, ou seja, simplesmente com maiores investimentos e mantendo o mesmo modelo. Neste não há saída digna para os povos, para os trabalhadores. É preciso nacionalizar os bancos já que eles foram os causadores da crise; criar uma nova moeda para o continente americano libertando-o das amarras do dólar; redução da jornada de trabalho sem redução do salário; garantir a soberania alimentar; enfim, não será com menos direitos que ela será superada, mas com mais direitos, garantindo aqueles já conquistados, ampliando os direitos e universalizando-os, ou seja que todos tenham acesso a eles.

Conceito de Seguridade Social no Brasil

(Constituição de 1988, artigos 194 a 204)

Em 1988 a Constituição Federal definiu o conceito de Seguridade Social no Brasil; Organizou a proteção social brasileira; ampliou a cobertura do sistema previdenciário; Flexibilizou o acesso aos benefícios para os trabalhadores rurais;

Reconheceu a assistência social como política pública não contributiva; Estabeleceu a universalização do atendimento à saúde por meio do SUS;

Dessa forma, a SEGURIDADE SOCIAL, passou a articular as políticas de seguro social, assistência social, saúde e seguro desemprego, passou a estar num conjunto de políticas de cobertura pública e universal (*Título VIII da Constituição Federal que trata da Ordem Social e de todo o sistema as Seguridade Social*)

Princípios chaves que orientam a política da Seguridade Social (artigo 194 da Constituição Federal)

- Universalidade da cobertura de atendimento;
- Uniformidade e equivalência dos benefícios rurais e urbanos;
- Seletividade e distributividade na prestação de serviços;
- Não redução no valor dos benefícios; Justiça na forma de distribuição do custeio;
- Caráter democrático dos subsistemas (previdência, saúde e assistência).
- Assegurar cobertura para a população desprotegida;
- Estabelecer mecanismos claros e permanentes de financiamento; Eliminar e diminuir as diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos;
- Descentralizar a gestão da saúde e da assistência;
- Criar mecanismos de participação da sociedade civil (controle social) na formulação e acompanhamento das políticas

Direitos Sociais – alvo de constantes ameaças

Desde a promulgação da nova Constituição, a SEGURIDADE SOCIAL passou a suscitar uma enorme luta política e ideológica: de um lado os que defendem os Direitos Sociais como base de um projeto, de uma política Social de Estado e de outro os que acham que Direitos Sociais custam muito caro aos cofres públicos. (*estes, na verdade, querem esta fatia do bolo privatizando os serviços e benefícios sociais*). Também há os que defendem que benefícios sociais devem ser políticas de governo e não dever do Estado. Como por exemplo: bolsa família, vale gás, bolsa educação etc..

Na proposta da Reforma da Previdência o que estava em jogo era o orçamento da seguridade social, o dinheiro destinado aos direitos sociais (educação, saúde e previdência). Os setores conservadores foram com muita sede ao pote e não conseguiram o consenso necessário para aprovar a reforma. Ela foi engavetada e a ameaça voltou sutilmente e bem mais elaborada com a REFORMA TRIBUTÁRIA.

Proposta de Reforma Tributária

Se vende a Reforma como sendo neutra boa e moderna para o país: simplifica a legislação tributária: redução das legislações do ICMS e das obrigações acessórias; Elimina a “guerra” fiscal; o IVA-F deve reduzir a comutatividade do sistema tributário; ganhos econômicos. Mas a marca principal do sistema tributário brasileiro, que é a sua enorme regressividade permanece intocável! O que não é dito: (perca de exclusividade dos recursos e estabelecimento de um teto para os recursos da Seg. Social); os tributos que serão extintos com a reforma tributária deverão alcançar o montante de R\$ 235 bilhões; essas receitas são vinculadas exclusivamente para fundos sociais que financiam as políticas da seguridade social (assistência social, previdência e saúde), educação e trabalho; a sua extinção significa o desmonte do financiamento da política social, conforme a estrutura de receitas exclusivas definida na Constituição, desde 1988. Os recursos exclusivos que financiam os direitos sociais básicos da população. Você vai ter que disputar dinheiro para as políticas sociais com governadores, prefeitos, empresários e banqueiros. A base tributária será a mesma. Você é capaz de adivinhar quem ganha e quem perde nesta disputa?

Você pode perder o dinheiro destinado para o: seguro desemprego.; salário educação; os serviços de atenção básica de saúde do SUS, a qualidade dos serviços prestados pela rede hospitalar, pública, privada e filantrópica; Bolsa Família; Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Qual Reforma Tributária Queremos?

Uma reforma que garanta a manutenção das fontes de financiamento exclusivas da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social; Atendimento necessário e suficiente dos direitos sociais básicos como saúde, educação básica, seguro desemprego já garantidos na Constituição (artigos 194 e 195).

Com autonomia do orçamento da Seguridade Social como assegura a Constituição Federal, sem a imposição de um teto financeiro que congele os recursos destinados aos direitos sociais básicos; Progressividade na Tributação priorizando a distribuição de renda. Os impostos devem recair sobre a renda mais elevada e não sobre o consumo da população; instituição do Fundo Nacional da Seguridade Social, com recursos exclusivos para atender as necessidades das gerações futuras; queremos não só a manutenção, mas também a ampliação e universalização dos Direitos Sociais; queremos um atendimento adequado, de qualidade e que atendam as demandas dos serviços sociais.

Para que seja uma reforma com justiça social deve ser Progressiva (quem mais ganha mais paga; sobre a renda e não o consumo); com fontes exclusivas e que não mexa no atual Sistema de Seguridade Social.

NENHUM DIREITO A MENOS! “Sem proteção social não há coesão social.”

O que defende o Movimento em Defesa dos Direitos

- Manutenção das fontes de financiamento exclusivas da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social).
- Atendimento necessário e suficiente dos direitos sociais básicos como saúde, educação básica, seguro desemprego já garantidos na Constituição (artigos 194 e 195).
- Autonomia do orçamento da Seguridade Social como assegura a Constituição Federal, sem a imposição de um teto financeiro que congele os recursos destinados aos direitos sociais básicos.
- Progressividade na Tributação priorizando a distribuição de renda. Os impostos devem recair sobre a renda mais elevada e não sobre o consumo da população.
- Instituição do Fundo Nacional da Seguridade Social, com recursos exclusivos para atender as necessidades das gerações futuras.

Nossa luta vai além

- Queremos a ampliação dos Direitos Sociais já instituídos pela Constituição Federal de 1988;
- Universalização da cobertura e do atendimento;
- Uniformidade e equivalência dos benefícios rurais e urbanos;
- Preservação do poder aquisitivo do benefício;
- Mecanismos de participação popular na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

Você pode garantir uma Reforma Tributária com Justiça Social. Procure o deputado do seu Estado. Veja como ele pretende votar. Pressione para que ele vote a favor do povo, a favor dos direitos sociais. Também lembre o deputado do seu Estado que 2010 é ano eleitoral. Ele vai precisar do seu voto.

Sistema tributário gerador da desigualdade social

Rosilene Wansetto⁹



Historicamente os recursos fiscais no Brasil sempre foram usados para subsidiar e financiar a acumulação do capital. O Brasil permanece com a arrecadação tributária centrada em tributos indiretos, significando que os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos em relação à sua renda do que os mais ricos¹⁰. Os impostos diretos no Brasil incidem pesadamente sobre a renda dos trabalhadores. Enquanto que para os ricos que se encontram no topo da pirâmide social pagam cada vez menos impostos.

No Brasil, tem sido superficial os estudos sobre o financiamento do Estado, limitam-se a comentar o expressivo crescimento da carga tributária ou o aumento das exportações, o modelo de desenvolvimento que favorece o crescimento da economia, principalmente, neste último período quando o Brasil também foi atingido pela crise, ou seja, demonstrando que a economia é forte. Mas esta análise é limitada, é necessário ir ao centro da questão para desvendar sobre quem recai este aumento de tributos ou quem paga realmente à conta desse modelo de desenvolvimento e tributação.

A questão-chave é quem paga essa conta, ou seja, quem financia o Estado brasileiro?¹¹ E ainda devemos questionar: a forma de tributação no Brasil favorece a redistribuição de renda? Ampliando, a forma de utilização e gestão do dinheiro público para pagamento da dívida pública brasileira em detrimento aos direitos sociais é aceitável, legítima e legal?

No que se refere à redistribuição de renda o Brasil encontra-se entre as dez economias mais ricas do mundo, no entanto, possui uma das maiores concentrações de renda do planeta. Mas a questão central que devemos observar é a distribuição da renda, que demonstra a enorme desigualdade entre as diferentes classes sociais. Quem ganha até 2 salários mínimos dedica 197 dias do ano para contribuições tributárias. Entre os que recebem mais de 30 salários mínimos,

⁹ Socióloga, Mestre em Ciência Política pela PUC-SP, Pós-Graduação (Lato-Sensu) em Ciências Sociais pela UFMG, e da coordenação do Jubileu Sul Brasil.

¹⁰ IPEA, 2009 - <http://www.jubileubrasil.org.br/documentos/pobres-trabalham-o-dobro-para-pagar-impostos>.

¹¹ SALVADOR, Evilasio. Sistema tributário brasileiro na contramão da justiça social. In: Roberto Bocaccio Piscitelli; Roberto Ellery; Tania Moreira da Costa. (Org.). REFORMA TRIBUTÁRIA: A Costura de um Grande Acordo Nacional. São Paulo: Atlas, 2009, p. 73-87.

são 106 dias. Estes dados fazem parte de um estudo publicado pelo IPEA no dia 30 de junho de 2009. “Os não-proprietários têm uma carga tributária bruta 78,1% superior à dos proprietários”, explica Márcio Pochmann (presidente do IPEA).

O que mais uma vez comprova que o sistema tributário brasileiro não colabora para reverter essa situação, pelo contrário tem sido um instrumento a favor da concentração de renda, agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas. E neste caminho ocorre a diminuição ou então o pouco investimento nos direitos sociais.

O debate atual sobre a reforma tributária deve ser pautado pela retomada dos princípios da equidade, da progressividade e da capacidade contributiva no caminho da justiça fiscal e social, priorizando a redistribuição da renda. As tributações da renda e do patrimônio nunca ocuparam lugar de destaque na agenda nacional e nas propostas de reformas tributárias após a Constituição de 1988, e nem mesmo nesta que atualmente está em tramitação. Por isso a correlação das forças sociais é importante para barrar reformas como a atual, que não altera a tributação e retira direitos ao invés de universalizá-los.

Pode-se deste modo afirmar que o Estado brasileiro é financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo, que são responsáveis por 65% das receitas arrecadadas pela União. A população de baixa renda suporta uma elevada tributação, pois mais da metade da arrecadação tributária do país advém de impostos cobrados sobre o consumo. O Estado gasta considerável parcela de sua receita para o pagamento dos encargos da dívida, só no ano de 2008, o Estado destinou 30,57% do orçamento para o pagamento de juros e amortizações da Dívida. Ou indiretamente acaba beneficiando os rentistas, ou seja, os detentores dos títulos da dívida. Por outro lado percebe-se que houve uma queda na arrecadação de impostos, receita do governo, o que conseqüentemente aumenta ainda mais os cortes nos gastos sociais.

Mas ao contrário do que ocorre com os pagamentos da dívida que continuam religiosamente em dia. Só neste ano de 2009 a dívida externa atingiu 267 bilhões de dólares ultrapassando o valor das reservas de dólar que o país possui. O quadro fica ainda mais grave quando olhamos os valores da dívida interna brasileira, que não tem *rostro*, ou seja, não se sabe de quem é exatamente essa dívida – bancos, empresas, estados e municípios. O montante da dívida interna no primeiro semestre de 2009 chegou ao valor de R\$ 1 trilhão e 800 bilhões.

Diante desse cenário o que vemos é a taxaçaõ cada vez mais significativa da renda dos trabalhadores assalariados e as classes de menor poder aquisitivo, via tributação sobre o consumo, ao longo dos últimos anos. O Estado brasileiro vem abrindo mão de receitas tributárias importantes em favor da renda do capital favorecendo o modelo agroexportador.

A renúncia tributária do Estado a favor dos bancos chega a um total de R\$ 1,2 bilhão. Outro privilégios tributários concedidos ao grande capital, especialmente aos bancos, está a isenção de imposto de renda da remessa de lucros e dividendos ao exterior, ou seja, no Brasil não há um controle sobre o fluxo de capitais real e sobre as remessas totais. De acordo com os dados do Banco Central, as remessas líquidas de lucros e dividendos de multinacionais atingindo em 2006 US\$ 16,3 bilhões. Em 2007, as remessas de lucros e dividendos para o exterior acumularam o

montante de US\$ 15,9 bilhões.

O sistema financeiro é um dos mais beneficiados pelas modificações ocorridas nas legislações tributárias do período recente, com isso, é proporcionalmente menos tributado que outros setores da economia e que os trabalhadores. A proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional desde 2008 não aponta para mudanças no sistema tributário. O Brasil deve buscar um modelo tributário que assegure a sustentação do Estado e que priorize as políticas sociais, universalizando direitos. O sistema tributário e financeiro não pode conceder tratamento privilegiado à renda dos capitalistas, a essa farra deve-se dar um basta.

A atual iniciativa de Reforma Tributária objetiva uma reestruturação econômica explícita do sistema tributário: simplificação, desoneração, maior eficiência e combate à chamada “guerra fiscal”. Contudo, ao fazê-lo, realiza certa desconstrução das finanças sociais, erigidas a partir da Constituição de 1988, cuja instituição síntese é o Orçamento da Seguridade Social.

A proposta de Reforma Tributária concede destino incerto, gera insegurança aos direitos sociais. Estes são, até o presente, amparados pelos recursos constitucionalmente vinculados à proteção social pública do Sistema Único de Saúde (SUS), Previdência Social, Assistência Social e Seguro Desemprego – todos garantidos, atualmente, no Orçamento da Seguridade Social. O Projeto de Reforma realiza forte retrocesso no que se refere a Seguridade Social e aos Direitos Sociais. Mudar o conceito de despesa da seguridade no novo texto constitucional, sem garantias explícitas para todo o restante do Orçamento, significa criar uma situação de insegurança no que se relaciona à garantia dos direitos sociais.

Constata-se, no Projeto da Reforma, a ausência de objetivos e método apropriados para promover justiça social na tributação, como a taxação progressiva dos rendimentos, a tributação da riqueza e da propriedade. Ao invés deste caminho, a Reforma escolhe a tributação sobre o consumo de bens e serviços.

Numa sociedade desigual como a nossa, é preciso pensar as Reformas promotoras do bem comum e da equidade, no esforço para consolidar justiça social, distribuição da renda e universalização dos direitos. Nesse sentido, justifica-se uma reforma que concretize o dever cidadão do justo tributo.

Por tudo isso, é nosso dever de promover e defender os direitos das populações mais vulneráveis, excluídas de nossa sociedade.

Nenhum direito a menos! Universalização, já!

Democracia: do esvaziamento à reinvenção ¹²

Ivo Lesbaupin ¹³

I. O debate teórico sobre democracia

A concepção clássica de democracia é aquela que foi praticada na Grécia antiga, em Atenas, no século V: participação direta do povo, reunido na praça, nos debates sobre as políticas públicas.

A concepção hegemônica hoje vem desde o século XVIII, com Montesquieu: a democracia tem sido traduzida a partir daí como **democracia representativa**. Afirmar a possibilidade de participação direta dos cidadãos como uma forma de democracia é rechaçado como uma ingenuidade ou uma utopia irrealizável.

A teoria contemporânea da democracia é aquela que foi formulada por Schumpeter. Este se opõe à teoria “clássica” da democracia. Para ele, “a democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas”. O método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas, no qual indivíduos são escolhidos para decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo. Segundo esta definição, é a competição pela liderança que é a marca distintiva da democracia. O único tipo de participação oferecido ao cidadão é o voto. Em outras palavras, o povo não decide, só vota naqueles que vão decidir. É uma concepção elitista e restrita de democracia.

Há, porém, outra corrente para a qual a representação é, no mínimo, um problema, e democracia é participação direta do povo. Para Rousseau, a soberania tem sua origem no povo e aí deve permanecer: ela não pode ser representada, da mesma forma que não pode ser alienada. A teoria política de Rousseau insiste na participação individual de cada um. Contrariamente à concepção dominante, é fundamental participar e, quanto mais o cidadão participa, mais se torna capaz de participar. “Quando alguém disser dos negócios do Estado: *Que me importa?* - pode-se estar certo de que o Estado está perdido” (Rousseau, 1978: 107). Além disso, outro ponto em que nosso autor se distingue dos liberais é na sua afirmação da inseparabilidade entre a liberdade e a igualdade: deve haver uma relativa igualdade de riquezas para que não haja dependência - para que possa haver liberdade - e para que possa predominar a vontade geral (o interesse comum).

¹² Este texto se baseia no capítulo escrito por mim no livro *Democracia, Igreja e cidadania: desafios atuais* (Ed. Paulinas, no prelo).

¹³ Ivo Lesbaupin é sociólogo, professor da UFRJ, e coordenador do Iser Assessoria.

Democracia, portanto, é *soberania popular* (“todo poder emana do povo”: é o povo que é soberano, que detém o poder, que pode decidir. A afirmação da soberania do povo e da participação direta dos cidadãos vai inspirar concepções de democracia que questionam a limitação desta à mera democracia representativa.

A esquerda, durante muito tempo, desde os tempos de Marx, vai encarar a democracia como suspeita: ela estaria unicamente a serviço da burguesia. Serão necessárias muitas décadas de debate em torno do socialismo real para que pouco a pouco a esquerda marxista venha a aderir e a defender a democracia não apenas como “etapa”, como tática e, sim, como “valor universal”. Carlos Nelson Coutinho chamou a atenção para a evolução da democracia, antes restrita aos ricos. Surgem pelo menos três inovações que vão mudar fundamentalmente a democracia: o sufrágio universal (voto para todos), os sindicatos de massa e os partidos de massa. A partir daí, surgirão partidos operários, representantes dos operários vão ser eleitos e leis favoráveis à maioria da população, aos trabalhadores, serão debatidas e aprovadas no parlamento.

A democracia começa a significar um governo do povo e para o povo. Segundo Coutinho, hoje a classe dominante não tem mais interesse numa verdadeira democracia. Se a democracia é o governo do povo e os trabalhadores, as classes populares, são a maioria, quanto mais democrática for uma sociedade, mais favorável aos trabalhadores ela será. Hoje, só podemos falar de socialismo como socialismo democrático.

II. O esvaziamento da democracia e a anulação da política

O que ocorreu, porém, é que, a partir da Segunda Guerra Mundial, o modelo que dominou foi aquele de democracia representativa. Até o final dos anos 70, o capitalismo – traduzido sob a forma de Estado de bem-estar social – conseguiu conviver bem a com a democracia. No entanto, entre o fim dos anos 70 e o início dos anos 2000, vivemos um período em que a democracia foi progressivamente esvaziada: em razão da globalização financeira e do predomínio da ideologia neoliberal, a grande maioria dos governos seguiu sistematicamente a mesma agenda, independentemente da opção dos povos destes países. Partidos social-democratas foram responsáveis tanto quanto partidos liberais pela implementação de políticas neoliberais.

Algumas características fundamentais da democracia foram total ou parcialmente desrespeitadas:

a possibilidade de *alternância de poder*, o respeito à *vontade da maioria*, o *respeito aos direitos humanos*, aos *direitos sociais* (trabalho, saúde, educação, habitação, entre outros), a *liberdade de informação*, a *soberania popular* (“todo poder emana do povo...”).

Segundo Chico de Oliveira, a atual fase de dominação capitalista, caracterizada – até o presente momento - pela hegemonia neoliberal, torna a política “irrelevante para as classes dominantes e inacessível para as classes dominadas”. Vivemos um período em que os cidadãos foram chamados a participar apenas pelo voto (Quijano, 2002). “O Banco Central, por exemplo, toma decisões independentemente da vontade da maioria do povo. É como se o nosso voto, o voto popular, não valesse nada” (Oliveira, 2004).

Para Oliveira, como para Bauman, trata-se, na verdade, de um processo de *despolitização* (Bauman, 1999). Cada vez mais, as verdadeiras decisões escapavam da política nacional, onde os cidadãos participam. Quem detém o poder, decide, não precisa votar. O que pensam as massas, o que pensam os cidadãos, não lhes interessa. “As grandes decisões passam por fora da democracia”. Tanto Oliveira quanto Quijano e Comparato consideram que o capital não está mais interessado na democracia: enquanto perdurou o bloco socialista, para fazer face à ameaça, o Ocidente capitalista manteve a democracia como forma de se distinguir do socialismo autoritário. Era o “mundo livre” contra a “cortina de ferro”. Com a queda do bloco socialista (1989-1991) e o desaparecimento da ameaça, as condições mudaram inteiramente, a vitrine da democracia perdeu a importância.

É o diagnóstico de Comparato: “Sob a influência da ideologia neoliberal, a máquina estatal é levada a trabalhar, no mundo todo, no sentido de transformar as finanças, de atividade-meio em pura atividade-fim, como se o Estado existisse não para garantir o desenvolvimento nacional e a realização dos direitos humanos, mas sim para arrecadar tributos e manter o serviço da dívida”.

III. A resistência ao neoliberalismo nos anos 2000

Nos anos 90, o neoliberalismo foi hegemônico: não apenas impunha suas políticas, como tinha apoio consensual. Desde 1997, porém, a partir da crise asiática, suas teses passaram, uma a uma, a ser desmontadas – mesmo antes da grande crise econômica mundial de setembro de 2008. Vejamos:

- a certeza de que *a aplicação da receita neoliberal (Consenso de Washington) alavancaria o crescimento econômico* evidenciou-se falsa: todos os países que aplicaram o receituário estavam em recessão ou baixo crescimento;
- a resposta única, o *caminho único*, provou que são vários (câmbio valorizado, câmbio desvalorizado, controle dos capitais na Malásia, caminho independente na China e na Índia, caminho próprio da Coreia do Sul etc.);
- a certeza de que *o privado é bom e o público é ruim* foi desmoronando frente aos resultados negativos das empresas privatizadas de serviços públicos;
- a proclamada virtude da *concorrência* foi se desvanecendo em face das continuadas denúncias de cartéis, lobbies, “capitalismo de compadres”, assim como da *insegurança* gerada pela concorrência selvagem;
- a tese de que, sem o Estado, sem regulação, tudo seria melhor;
- o resultado da aplicação das políticas neoliberais foi sempre *o crescimento do desemprego, da pobreza e da miséria, ao mesmo tempo em que cresceu a concentração da renda e da riqueza* - segundo os relatórios, pelo menos desde 1997, da ONU (PNUD, UNCTAD, UNICEF), do Banco Mundial (BIRD), do próprio FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

IV. A crise econômica global de 2008 e a oportunidade de retomar a iniciativa

Mas a derrocada da ideologia neoliberal se deu de modo fragoroso com a eclosão da crise econômica internacional em 2008. Se suas teses já estavam sendo derrubadas pela realidade histórica, a crise de 2008 terminou de afundá-las. Em poucos dias, menos de um mês, as teses que inúmeros economistas e jornalistas econômicos, com amplo apoio da mídia, repetiram durante as últimas décadas, com segurança, certeza e arrogância, ruíram.

Uma nova tendência mundial foi aparecendo: desde as manifestações públicas contra a globalização por ocasião da reunião da OMC em Seattle (EUA), em novembro de 1999, que reuniram 50 mil manifestantes; na reunião do FMI em Praga (2000), na reunião da União Européia em Nice (2000), na reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos (janeiro/2001) e, em Quebec, por ocasião da Cúpula das Américas (abril/2001), na reunião do G-8 em Gênova, quando o número de manifestantes chegou a 200 mil (julho/2001). E as manifestações continuaram a ocorrer por ocasião da reunião de qualquer organismo financeiro internacional.

O Fórum Social Mundial - fruto dos anseios presentes no seio do movimento por outra globalização - conseguiu dar um importante passo à frente: o da discussão de propostas alternativas à globalização neoliberal.

Como sinais de resistência crescente, temos, hoje, na América Latina, movimentos indígenas com forte organização e grande capacidade de ação (cf. Equador, Bolívia) e igualmente movimentos camponeses com forte organização e capacidade de ação (cf. Brasil, México). O que chama a atenção aqui é que são, sobretudo estes setores, - considerados “atrasados” segundo a tradição marxista - que estão hoje sendo capazes de fazer frente aos governos neoliberais, de resistir a suas políticas e de tomar a iniciativa. Certamente, uma razão importante para isso é o sério enfraquecimento do movimento operário e sindical pelas políticas neoliberais em articulação com a reestruturação produtiva - que produziram um vastíssimo desemprego, a precarização do emprego e uma enorme informalização do trabalho a nível mundial.

Por outro lado, há fortes experiências democráticas se desenvolvendo a nível subnacional. Em vários países estão surgindo governos municipais ou regionais baseados em ampla participação popular, inclusive ao nível decisório. Este é o caso do orçamento participativo - que se iniciou no Brasil, mas já existe em outros países -, que representa indubitavelmente um avanço na concepção e na prática da democracia, na medida em que articula a democracia representativa já existente a formas de participação direta da população. Mas não se resume a ele: a experiência de construção do poder em Chiapas, no México, é certamente muito importante em termos de inovação democrática.

V. A reinvenção da democracia

Nos últimos dez anos, a paisagem política da América Latina começou a mudar. A derrubada de presidentes fraudulentos¹⁴ pela mobilização da sociedade civil foi o primeiro sinal de que a reação popular às políticas neoliberais estava se tornando mais forte. Na Venezuela, Chávez foi eleito em 1998, na Bolívia, Evo Morales venceu em 2005, Rafael Correa em 2006 no Equador, Fernando Lugo em 2007 no Paraguai e Mauricio Funes acaba de ser eleito em El Salvador (2009). A maioria do povo venezuelano rejeitou o golpe de estado que tentou derrubar Chávez em 2002 e novamente lhe deu a maior parte dos votos por ocasião do referendo de 2004, confirmando-o no poder. Evo Morales foi eleito presidente da Bolívia – o primeiro presidente proveniente da maioria indígena (62%) - no bojo de uma ampla mobilização dos trabalhadores, camponeses e indígenas que já haviam derrubado dois outros presidentes nos anos anteriores.

No Equador, antes da eleição de Correa, o movimento indígena havia derrubado um presidente em 2000; havia conseguido, em 2002, eleger Lucio Gutierrez, um dos líderes daquela mobilização que, no entanto, depois de tomar posse, manteve a política neoliberal de seu predecessor. Em 2005, Gutierrez foi igualmente derrubado, desta vez, por uma mobilização popular com apoio de setores das classes médias. No ano seguinte, a eleição de Rafael Correa refletiu o crescimento dos movimentos populares.

Estas eleições nacionais foram precedidas por um amplo processo de democratização a nível local, municipal, ao qual já nos referimos. A organização popular da região de Chiapas, no México, é um dos movimentos mais significativos deste período, especialmente a partir de 1994, quando o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) se dá a conhecer nacional e internacionalmente. A democracia representativa, que reduz o poder do povo a eleições periódicas de representantes políticos, vem sendo duramente questionada. Na verdade, ela acaba reproduzindo o poder das elites, sob a aparência de governo legítimo do povo. Os recursos públicos, controlados pelos governos (e pelos Congressos), servem de meio para reproduzir este poder, através da distribuição de cargos públicos e da corrupção.

Os novos governos democráticos estão introduzindo novas instituições políticas, novas leis - através de reformas constitucionais - que permitem uma participação mais direta dos cidadãos, especialmente daqueles que sempre foram alijados do poder político: os indígenas, especialmente, os camponeses e os trabalhadores, de modo geral. A nova legislação permite maiores recursos para as políticas sociais e diversos meios de controle do exercício da política por parte dos cidadãos.

¹⁴ Referimo-nos àqueles que se elegeram graças a um programa e, depois de eleitos, passaram a por em prática o programa do adversário derrotado, o que evidencia fraude eleitoral.

VI. Construir uma democracia participativa

Para Chico de Oliveira, é urgente criar novas formas de fazer política. Para criar um novo espaço de conflito, um novo espaço capaz de dizer aquilo que o sistema representativo já não tem capacidade de dizer porque ele foi completamente absorvido. Fábio Comparato tem uma proposta de uma confederação geral de movimentos sociais, ONGs, associações civis e políticas, associações populares, para formar um contra-poder popular.

Para a criação deste *contrapoder popular*, seria preciso reforçar o processo de organização popular, de resistência e de luta a partir das bases. É preciso reforçar os movimentos dos setores populares e sua autonomia face aos poderes constituídos, sejam eles quais forem. É preciso reforçar a sua organização de forma democrática, para que não se reproduzam neles os vícios que caracterizam as organizações políticas tradicionais. É preciso que os movimentos se reforcem através da articulação em redes, desde as bases, para que a capacidade de ação e de impacto seja maior.

Não basta organizar um partido comprometido com os interesses populares. É preciso que suas estruturas, seu modo de funcionamento, sejam radicalmente democráticos, de modo que a maioria possa efetivamente interferir na sua direção. Do contrário, ele nasce popular, democrático, e pouco a pouco se torna elitista, centralizador e autoritário.

É preciso que o governante eleito esteja de tal modo comprometido com o programa pelo qual foi eleito que não possa se desfazer dele.

Há propostas que podem contribuir para tornar o poder do povo (a soberania popular) efetivo. Três delas estão inscritas na Constituição: o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular. Mas o plebiscito precisa ser regulamentado.

Outra proposta, que tem sua origem em Oded Grajew, é que um Conselho, composto de representantes de entidades da sociedade civil, controle, a cada período – digamos, um ano – se o eleito (seja presidente, governador ou prefeito) está cumprindo suas promessas de campanha, seu programa eleitoral. E que este controle seja publicado. Com isso, se vinculará o candidato ao seu programa. Ele será responsável perante a sociedade pelo programa pelo qual foi eleito, pelas promessas feitas.

É preciso estabelecer o *controle social da esfera pública* (por via institucional e não-institucional). Uma experiência que vai nesta direção e que está sendo bastante eficaz como forma de controle cidadão é o chamado *Grupo de Acompanhamento do Legislativo*. Do mesmo modo, os mandatos parlamentares deveriam ser constituídos sob a forma de *mandato participativo* (ou coletivo).

são apenas alguns exemplos, algumas medidas, entre as muitas que deveriam ser tomadas para garantir um processo efetivamente democrático.

Na verdade, temos de ir construindo sólidas estruturas democráticas, de baixo para cima, do nível local para o estadual, para o regional, até chegar ao nacional. Instâncias que permitam o

controle, a decisão da base para o topo.

Temos de lutar por uma reforma política que torne nossa democracia uma democracia participativa, com o controle social dos parlamentos e dos governos, com instituições que possibilitem que a maioria dos cidadãos interfira nas decisões políticas fundamentais, que exerça o seu poder de decidir e de fiscalizar: na política econômica, na concepção de desenvolvimento, no conjunto das políticas públicas. Entre outros elementos, deveríamos ter: a conquista da *transparência*, da publicidade, do acesso a todos os cidadãos, da informação, do conhecimento sobre aquilo que é público; a *democratização dos meios de comunicação*; o *financiamento público das campanhas eleitorais*. A nossa estrutura política deve ser tal que nossa democracia real deixe de ser um governo das elites para se transformar em *soberania popular*.

Referências bibliográficas:

- BAUMAN, Zygmunt (1999). *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOBBIO, Norberto (2000). *O futuro da democracia*. 7ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra/GRAAL.
- COMPARATO, Fábio K. (2004a). “Reflexões desabusadas sobre o abuso do poder”. Agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br), 18/02.
- _____ (2004b). “Organizar o contra-poder popular”. *Folha de São Paulo*, 22/02.
- _____ (2006). *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo, Companhia das Letras.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1996). *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ª. ed., São Paulo, Cortez.
- _____ (2000). *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez.
- DAGNINO, Evelina (2004). “Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania? qual participação?” Mimeo, 9 págs.
- _____, OLVERA, Alberto J., PANFICHI, Aldo (orgs.) (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra; Campinas, UNICAMP.
- HELD, D.(1993). *Modelos de Democracia*, Madrid, Alianza Editorial.
- GROSSE, Robert, THIMMEL, Stefan e TAKS, Javier (orgs.) (2004). *Las Canillas abiertas de América Latina*. La resistencia a la apropiación privada del água en América Latina y en el mundo. Montevideo, Casa Bertolt Brecht.
- HOBBSAWM, Eric (1995). *A Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LESBAUPIN, Ivo (2000). *Poder local x exclusão social. A experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (2005). “A Reinvenção da democracia”. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: 1 (25): 81 - 85, 2005.
- _____ (2005). Desigualdade e democracia no Brasil. In: MINEIRO, A. e LESBAUPIN, I. *Desigualdade e democracia no Brasil*. (Debates sobre Conjuntura n. 1), São Leopoldo, Oikos; Rio de Janeiro, CEDAC/NOVA/Iser Assessoria.
- _____ (2009). Democracia: do esvaziamento à reinvenção. In: LESBAUPIN, I. (org.). *Democracia, Igreja e Cidadania: desafios atuais*. Paulinas, São Paulo (no prelo).
- MACPHERSON, C. B. (1978). *A Democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro, Zahar.
- OLIVEIRA, Francisco de (2000). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política

ca: o totalitarismo neoliberal. In: Oliveira, F. e Paoli, M. C. *Os Sentidos da democracia*. Petrópolis, Vozes, p. 55-81.

_____ (2004) - “Por que política?” (conferência no seminário da Agenda Pós-Neoliberal por ocasião da UNCTAD - São Paulo, 14/06).

PATEMAN, Carole (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

QUIJANO, Aníbal (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17 (37): 4-28.

_____ (2004). “A Reinvenção da democracia” (conferência no seminário da Agenda Pós-Neoliberal no Fórum Social das Américas – Quito, 26/07).

QUINTANA, Victor (2004). “El movimiento campesino mexicano y su impacto en las políticas públicas” (conferência no seminário da Agenda Pós-Neoliberal por ocasião da UNCTAD – São Paulo, 14/06).

RAMONET, Ignacio (1998). *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Vozes

SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs.) (2001). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, Vozes.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

STIGLIZ, Joseph (2002). *A Globalização e seus malefícios*. Ed. Futura.

_____ (2003). *Os Exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo, Companhia das Letras.



A participação popular como meta e como desafio na construção do projeto popular hoje

Félix Ruiz Sánchez¹⁵

Somos herdeiros de um legado fundamental para a construção de um projeto popular para o Brasil. Nas linhas que tentei arrumar para facilitar o debate do tema, aponte as seguintes questões que considero decisivas:

Temos que valorizar a trajetória que os movimentos sociais, os setores de esquerda da sociedade e das organizações sociais acumularam como crítica ao localismo conservador que historicamente foi uma ferramenta para a reprodução das alavancas do poder central em associação com as oligarquias regionais carcomidas pelo fisiologismo e a corrupção.

Essa trajetória foi essencial para desenhar novas formas de viver a democracia que marcaram um resgate importante da idéia de participação direta e de protagonismo dos setores excluídos e marginalizados da sociedade.

Esse posicionamento nos permitiu forjar uma concepção avançada e afirmativa sobre as possibilidades da disputa por ferramentas de poder local. Esse municipalismo “avançado” foi a resultante da vontade dos setores mais conscientes dos movimentos sociais e da esquerda de resistir ao dilúvio neoliberal que enfrentamos e combatemos na resistência às ditaduras e às “democraduras” que se instalaram por aqui e em todos os países do capitalismo vigoroso que ganhou corpo nas décadas de 1980 e 1990.

Conseguimos elevar o estatuto da democracia local e da participação cidadã a fulcro para dar visibilidade às cidades e seus habitantes ao forjarmos “diplomas” de inserção e de reconhecimento social que fizeram do combate às desigualdades e a múltiplas formas de marginalização social o objetivo principal dos governos locais.

Ao disseminarmos as experiências de orçamento participativo em grandes cidades inauguramos um ciclo de resistência ao minimalismo privatista neoliberal disputando a real possibilidade do protagonismo popular interferir nas políticas públicas mais sentidas pela população a partir do alargamento do espaço público.

Essa trajetória de sucessos foi, porém, atravessada por inconsistências que ameaçam a acumulação política alcançada.

A maior tensão entre esse projeto inovador de democracia participativa e o quadro político nacional se criou depois de 2003. O atual governo federal enveredou uma das vertentes funda-

¹⁵ Professor Doutor em Ciências Sociais, professor da PUC/SP. Foi coordenador do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo na gestão Marta Suplicy (2001/2005).

mentais da sua ação em aliança com setores de ponta do capital financeiro e do agronegócio gerando a descaracterização de todo um amplo campo político popular que havia sido portador de bandeiras democráticas avançadas.

A associação do governo federal e dos setores políticos que lhe dão sustentação veio se somar a uma aliança forte e profunda com as oligarquias regionais que sempre haviam sido avessas as bandeiras da democracia participativa e do protagonismo popular e contrárias aos setores marginalizados da sociedade que são o fermento e o catalisador da mudança verdadeira que a sociedade brasileira precisa.

Não é por outro motivo que tenha havido o abandono das bandeiras da participação popular e cidadã que construíram o OP, o Fórum Social Mundial, o Plebiscito da Dívida e tantas outras. A troca do projeto do OP nacional, que já vem sendo implantado por governos de centro e de direita em outros países de América Latina como Peru e República Dominicana, deram lugar em 2005 à prioridade pelo vergonhoso “*mensalão*” que revelou a renúncia desse governo, de seus apoiadores e aliados de ocasião, à verdadeira participação democrática. Ela que pode se apoiar na força das organizações populares e dos movimentos sociais, que não renunciaram à luta nem a utopia de uma sociedade não subordinada à lógica desigual e excludente dos mercados, tiveram seus anseios e esperanças solapados pelo vôo raso da política tradicional.

Mas os pontos de resistência para reorganizar a luta por justiça, protagonismo popular e participação continuam vivas. Elas estão no anseio das comunidades indígenas e camponesas da Amazônia que resistem à devastação do seu meio ambiente ameaçado pelos projetos de infra-estrutura capitalista que não respeitam suas formas tradicionais de vida e de produção. E estão presentes na luta que os moradores levam com heroísmo contra as tentativas de limpeza étnica, social e racial nos morros e favelas da periferia das nossas grandes cidades.

Unir força para resistir a essa enorme descaracterização do projeto popular é o chamado da hora para recolocar a esperança da luta por transformações anticapitalistas, democráticas e populares. Para isso, temos de enfrentar com serenidade, muita criatividade e determinação um conjunto de ensinamentos que podemos retirar destes últimos anos de confusão, de perda e de ameaças ao nosso horizonte utópico.

Subestimamos a magnitude da crise ambiental e seu impacto sobre a vida urbana que a reestruturação capitalista transformou em uma nova fronteira de acumulação sob o rótulo da sustentabilidade que inaugura novas exclusões de populações desprovidas de serviços e de condições de assentamento e habitabilidade dignas e de qualidade.

Não conseguimos atualizar um projeto de sociedade democrática que fosse capaz de recusar a idéia de produtivismo desenvolvimentista em nome de uma política redistributiva que conserva o círculo vicioso das desigualdades como consequência da imposição crescente do cálculo mercantil e da subordinação da política ao poder avassalador do capital e suas instituições sacrossantas: a bolsa, o risco país e os bancos.

Nossa concepção de democracia participativa e de participação direta foi colonizada pelo possibilismo que restringe o protagonismo popular a uma ferramenta de inclusão subordinada e subalterna. Pior, a trajetória de acumulação política que impulsionamos foi fortemente abalada pela prevalência do jogo das instituições da democracia representativa que retira sentido transformador e legitimidade à participação protagônica do cidadão simples e comum.

Pior, há um retrocesso visível do ideário da democracia participativa e das noções de cidadania ativa que ajudaram a fortalecer todo esse movimento de inovação e transformação em detrimento do crescimento dos acordos de baixa qualidade para se aliar ao Collor de Mello, ao clã Sarney e aos Gomes do Ceará.

É fundamental restabelecermos a força do ideário transformador da participação e do protagonismo para retomar o horizonte de mudança societária que seja atraente o suficiente para despertar a consciência crítica de uma nova geração de brasileiras e brasileiros.

O projeto popular que temos que reconstruir requer um modelo de civilização alternativo fundado na participação protagônica e em um diálogo amplo com a esquerda crítica ao modelo voltado para o mercado mundial e com os setores da sociedade brasileira excluídos pelo desenvolvimentismo representados pelas populações tradicionais penalizadas pela expansão capitalista, as populações pobres das cidades e as camadas médias que perdem espaço com a mercantilização generalizada da vida social e com os setores sociais inseridos na ponta do capitalismo contemporâneo, mas críticos a ele.



Democracia participativa para avançar na transformação social

Rosilene Wansetto¹⁶

O século XX foi marcado por intensas disputas em torno da democracia, seja nos campos político, econômico, cultural e social. A participação política e o seu exercício são preocupações recorrentes, tanto no discurso da esquerda como da direita. Os processos de democratização na América Latina e no Brasil buscaram a edificação de uma institucionalidade democrática conciliando a participação política dentro da ordem.

Nas décadas de 1970 e 1980 a resistência dos movimentos sociais e populares retoma sua força e favorece a instalação das condições indispensáveis para as transformações políticas. A resistência do movimento social e popular e sua luta contribuíram para a constituição dos novos atores sociais e espaços de participação política.

Por outro lado, o Estado controla a participação política e as demandas populares através das estruturas e das instituições da democracia liberal presente na sociedade¹⁷. No caso brasileiro, a intensa participação política ultrapassa os espaços institucionais e, reconhecidamente as marchas e as manifestações são determinantes para as transformações políticas. A luta pela redemocratização no Brasil identifica-se no intenso exercício participativo da cidadania¹⁸.

A participação política dos indivíduos em espaços de decisão e/ou de mobilização social gera mudanças profundas no sujeito, e estes espaços são certamente reais e efetivos para os indivíduos que deles participam. Os indivíduos *empoderam-se*¹⁹ ao participar destes espaços e compreendem o valor da ação política e passam a exigir do Estado mecanismos e processos mais democráticos e participativos de fato.

¹⁶Socióloga, Mestre em Ciência Política pela PUC-SP, Pós-Graduação (Lato-Sensu) em Democracia Participativa e Movimentos Sociais pela UFMG e membro da coordenação da Rede Jubileu Sul no Brasil.

¹⁷Ellen Wood em *Democracia contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico* nos chama a atenção sobre a ambiguidade do termo sociedade civil. Na definição de Gramsci, sociedade civil deveria ser uma arma agindo contra o capitalismo não uma acomodação a ele. Wood considera que a sociedade civil é utilizada “para identificar, geralmente, uma arena de liberdades (pelo menos potencial) fora do Estado, um espaço de autonomia, de associação voluntária e de pluralidade e mesmo conflito, garantindo pelo tipo de ‘democracia formal’ que se desenvolveu no Ocidente. O conceito ainda pretende reduzir o sistema capitalista a uma de muitas esferas na complexidade plural e heterogênea da sociedade moderna [...] designar a própria multiplicidade contra as coerções do Estado e da economia capitalista [...] englobar a ‘economia’ numa esfera maior de instituições e relações não-estatais” (WOOD, 2003, p. 208).

¹⁸Na compreensão do direito-jurídico, todo o indivíduo livre e igual nascido em um determinado território delimitado pelas fronteiras nacionais é cidadão e pode exercer a sua cidadania participando da sociedade. Segundo T. H. Marshall, a liberdade individual, a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de fé, do direito à propriedade e de contrato, o direito à justiça compõem a cidadania. A cidadania nestas duas definições considera todos os indivíduos possuidores dos mesmos direitos, iguais e livres. Compreendendo que há uma corrosão nestas definições dedicaremos parte do capítulo II para este debate.

¹⁹Empoderamento compreendido como sendo a construção do poder popular a partir da participação política das classes populares coletivamente e organizados na busca da transformação e da tomada do poder de Estado. (CADERNO da *Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil*. São Paulo: Expressão popular, 2006).

O modelo de democracia liberal instalou-se por quase todo o mundo. O capitalismo neoliberal²⁰ adota a democracia liberal como sendo o ideal para os Estados democráticos. Esse modelo procura limitar e controlar a participação política dos indivíduos temendo o desequilíbrio do sistema e ao mesmo tempo preserva os interesses da classe dominante.

No modelo de democracia, como no caso brasileiro, onde elementos participativos são agregados ao representativo evidenciam as disputas, os limites e as contradições do ideal democrático. Este modelo é considerado pelos liberais como uma forma de mútuo fortalecimento da sociedade e do Estado, ignorando as complexas relações e disputas na sociedade e de uma classe social sobre outra. Esse modelo de democracia representativa com a participação popular ou a cidadania reduzida às urnas demonstra de outro lado como alternância de governos, mas não do poder de Estado entre uma classe social e outra.

As escolhas e imposições feitas historicamente pela classe dominante colaboraram no aprofundamento do problema da participação política. Os dominantes ignoram a luta de classe e, na medida do possível, procuram camuflar e criminalizar os interesses e a participação da classe trabalhadora. A participação, com características antissistêmicas, anticapitalistas, antiimperialistas, se choca com os interesses da classe dominante numa disputa entre a manutenção de um modelo democrático representativo a serviço do capital e a proposta de um *novo tipo* de organização articulado com um projeto popular.

A democracia liberal contribuiu para o fortalecimento do capitalismo ao aprofundar as desigualdades. E o mais grave, sem um projeto para o Brasil. A burguesia brasileira nunca se preocupou em elaborar um projeto para o Brasil, limitando-se apenas a copiar o modelo hegemônico.

Na perspectiva teórico-ideológica dos intelectuais *participativos*, a participação política age como mecanismo essencial para a ampliação, autonomia e o empoderamento das classes populares e dos próprios indivíduos que dela fazem parte. No debate sobre a participação política, deparamo-nos, tanto com formas de participação direta e semidireta (plebiscitos, consultas populares e referendos, conselhos, sindicatos, partidos) dentro da institucionalidade, como as mais radicais e externas à institucionalidade, assumidas pelos movimentos sociais e populares (as marchas, mobilizações, ocupações e mesmo os plebiscitos populares²¹).

²⁰O neoliberalismo se expressa na apropriação do excedente do trabalho na esfera econômica e dos meios de produção. Adquiriu força hegemônica no mundo a partir da Revolução Industrial do século XIX e se constituiu em um novo modelo hegemônico sucedendo ao modelo regulador keynesiano. O neoliberalismo fez seu diagnóstico do velho capitalismo e do seu esgotamento e reorganizou o sistema capitalista no seu conjunto, conforme os princípios liberais reciclados para o novo período histórico do capitalismo. É um modelo hegemônico e logrou estender-se universalmente: da Europa Ocidental aos EUA, da América Latina à China, da Europa Oriental à África, da Rússia ao sudeste asiático. Mesmo com as crises, manteve-se hegemônico, sem nenhum outro projeto alternativo que lhe disputasse hegemonia. (SADER, 2008; WOOD, 2003).

²¹Nestes últimos 8 anos, três plebiscitos populares foram convocados pelos movimentos sociais sobre temas complexos e com uma significativa parcela da população participando espontaneamente. O primeiro aconteceu no ano 2000 e tratou sobre suspensão dos pagamentos da Dívida Externa e com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o referido plebiscito obteve uma participação de mais de 6 milhões de pessoas.. No ano de 2002 um novo plebiscito sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (acordo que envolveria todos os países do Continente, exceto Cuba), participaram mais de 10 milhões de pessoas. O último, no ano de 2007 sobre a Companhia Vale do Rio Doce com mais de 3 milhões de votantes. Importante, são plebiscitos populares, convocados e organizados pelos movimentos sociais sem interferência dos governos.



Ideólogos da democracia participativa consideram que para superar o atual modelo de Estado capitalista faz-se necessário agregar outros elementos. Dentre eles, a elaboração de um programa estratégico para compor um projeto popular, que favoreça a construção do contrapoder. Esse projeto popular deverá fortalecer a organização das massas para a elevação da consciência das classes populares para a superação do Estado capitalista. E, no lugar deste, a constituição de uma nova estrutura a partir da participação política e do projeto popular elaborado pelos trabalhadores.

O projeto popular com propostas concretas no campo político, econômico, social, cultural e, que visa através das lutas, a autonomia e a ampliação da participação política através da unidade das forças sociais, com o objetivo central de avançar na transformação social. A construção do projeto popular exige importantes passos de formação e educação, de organização, de identidade popular desde os de baixo.

A realidade das lutas e da participação política nestas últimas três décadas evidencia uma maior organização e mobilização dos movimentos sociais na resistência ao modelo democrático liberal e ao capitalismo. A resistência ao capitalismo tem aprofundado os questionamentos sobre o papel do Estado, dos governos representativos e dos mecanismos de controle atribuídos à democracia.

A democracia representativa é suscetível de análises, tanto no campo das idéias quanto na prática, por suas limitações, contradições e por contribuir para o tratamento superficial dos

verdadeiros problemas do povo e do país e por apresentar soluções falsas. Isso ilustra a necessidade premente do debate sobre a democracia sem camuflagens.

Distintos aspectos da democracia liberal e os seus limites e contradições compõem o problema, como a falta de um projeto para o Brasil, o controle sobre os mecanismos e instrumentos políticos, sejam eles institucional (partidos, eleições, sindicatos, conselhos) ou não (movimentos sociais, marchas, greves, ocupações). A democracia liberal contribuiu na diluição das demandas populares ao conciliar representação com formas e espaços de participação, seja via conselhos, sindicatos, partidos e fóruns, visto que estes espaços podem legitimar decisões de governos e de Estado sem um amplo debate com a sociedade. Por outro lado essa forma democrática foi se forjando no bojo de intensas lutas, resistência, organização e participação popular.

Em sociedades onde a participação popular avança significativamente e busca efetivamente a transformação da sociedade e ocorre o choque entre a participação popular (movimentos sociais) com o poder de Estado que busca manter a ordem, neutralizando ou criminalizando a participação dos movimentos sociais. É um modelo democrático que limita, controle e gerencia a cidadania dentro da ordem do sistema para que não se altere a base da pirâmide societal. Exemplos são notórios na América Latina nestes últimos anos. Temos o caso da Bolívia, Venezuela, Paraguai.

Os movimentos sociais, nestas últimas décadas, dispensaram grande esforço coletivo para a construção das bases para a sustentação ideológica, social, cultural, econômica e política de um projeto popular que rompa com a estrutura do Estado burguês. Os desafios conjunturais deste ciclo da política brasileira podem contribuir favoravelmente para a construção do projeto popular através de um instrumento articulador estratégico, como as Assembléias Populares. Os movimentos sociais acreditam num processo de mudança dentro deste novo ciclo.

Há inúmeras indagações sobre esta temática e muitos já percorreram este caminho. Retomar, reexaminar, fazer memória é o desafio sem pretensões de responder ou esgotar a análise. Analisar o movimento e a história em constante transformação é o desafio que nos colocamos.

É necessário trilhar novos caminhos, construir o poder popular. Para trilhar estes novos caminhos se faz necessário conhecer os mecanismos e formas que a democracia liberal se efetiva. É essencial conhecer as teorias produzidas que legitimam este modelo. Os novos caminhos democráticos participativos devem levar em conta o povo. E de modo mais primordial a participação com mecanismos efetivos do exercício e o protagonismo da cidadania nas decisões. Neste trilhar caminhos novos é necessária uma participação que age no controle da ação dos governos e do Estado, que monitora, fiscaliza e exige o cumprimento de metas e programas a partir das demandas da sociedade, do povo.

A participação necessariamente deve ser para além de processos eleitorais, do exercício do voto, este pode ser uma forma de participação popular. Democracia é mais que o voto, é o direito do povo decidir, exercer e pensar a política. Ou seja, democracia participativa que avança na transformação a partir do protagonismo, do empoderamento e do poder popular. Partici-

pação que leva a construção de um projeto popular economicamente justo, politicamente democrático, culturalmente plural e igualitário.

Referências bibliográfica:

ALMEIDA, Lucio Flávio R. “Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões”. *Lutas Sociais*, 17/18. São Paulo: NEILS-PUC/SP, 2007.

_____. “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”. *Lutas Sociais*, 1. São Paulo: NEILS-PUC/SP, 1995.

_____. “Nacionalismo e democracia: para um reexame da questão nacional”. *Lutas Sociais*, 2. São Paulo: NEILS-PUC/SP, 1997.

AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2007.

BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CADERNO. *O Brasil que Queremos*. Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GÖRGEN, Frei Sergio. *Pra onde ir? A crise política e a travessia da esquerda brasileira*. Texto para trabalho. Porto Alegre, 2005.

LEITE, José Correa. *As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações*. São Paulo: doutorado – PUC/SP, 2005.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “Gerando o contrapoder, de baixo para cima e à esquerda ou de como mudar o mundo, revolucionário o poder, de baixo para cima”. *Lutas Sociais*, Nº 17/18. São Paulo: NEILS/PUC-SP, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. *O neoliberalismo acabou?* Artigo disponível no blog do autor. Consultado em 20/04/2009. São Paulo, 2008.

SAES, Décio Azevedo Marques. “Cidadania e capitalismo (uma abordagem teórica)”. *Coleção de Estudos Avançados*, Nº 08. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000.

SÁNCHEZ, Félix. *Orçamento participativo teoria e prática*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e a participação na ‘reforma do Estado’*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). *Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRANSPADINI, Roberta Sperandio. “Brasil-Venezuela: o nacional burguês versus o nacional popular”. *Brasil de Fato*. Ano 7. Nº 320. São Paulo, 2009.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Reforma de Estado ou Reforma Política?

Um debate ainda restrito e desafiador

Edson G. P. O. Silva²²

Introdução

É muito oportuno a realização do Ciclo de Debates tendo como objetivo a discussão do modelo de desenvolvimento e do projeto popular para o Brasil antes de um ano eleitoral. Pois nesta conjuntura é possível conhecer a realidade de forma mais objetiva sem as paixões que nos envolvem no processo eleitoral em favor de um ou de outro candidato ou candidata.

Pensar no desenvolvimento é retomar a discussão dos clássicos da Sociologia Brasileira como Celso Furtado, Caio Prado, Florestan Fernandes, e mais recentemente a atualização deste debate presente nos estudos de Paul Singer, Márcio Pochman, entre outros.

Pensar no projeto popular é também retomar a história e recordar os vários movimentos em favor da construção de uma nação independente, solidária e soberana, como as dos inconfidentes mineiros, dos negros do quilombo de Palmares, dos guerreiros da Coluna de Prestes, de Antonio Conselheiro e seus companheiros, a luta pelos direitos humanos e anistia dos anos 70, a campanha das Diretas Já, o envolvimento da sociedade organizada em Plenários Populares pró-Constituinte, a organização dos movimentos sociais e populares.

É dentro deste contexto de histórica e reflexão que se torna fundamental discutir a Reforma Política no Brasil. Tema apaixonante, polêmico, controverso, complexo, de altos e baixos, entra e sai da agenda política conforme o nível de publicização de corrupção no poder público.

Sinto-me muito próximo desta temática, pois vem sendo objeto de minhas reflexões e produções de trabalho na graduação em Ciências Sociais da USP (1996-2000) e também uma temática próxima da minha atuação profissional junto à assessoria da Deputada Federal Luiza Erundina entre os anos de 2001 a 2008.

A presente reflexão contribui no Ciclo de Debate como uma apresentação geral do histórico, das polêmicas, dos avanços e retrocessos da pauta da Reforma Política nos últimos 14 anos.

Analisaremos a plataforma dos movimentos sociais e outras organizações que será objeto de reflexão do Antonio Moroni, em seus aspectos gerais e conjunturais, levando-nos a compreender

²² Sociólogo formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas – FFLCH da USP, mestrando em Serviço Social pela PUC SP, professor universitário do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, funcionário público da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, secretário do Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – CLASP, presidente do Conselho de Leigos da Região Episcopal Ipiranga – CLERI, coordenador de projetos do Instituto São Paulo de Cidadania e Política.

o processo de um projeto popular para o Brasil a partir da Assembléia Popular Nacional.

Os reflexos deste debate na conjuntura local e tendo a campanha pela coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular conhecida como ficha limpa, é o objeto de reflexão da Caci Amaral da Pastoral de Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo, dentro da proposta do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE.

A Constituinte de 1988 e a Crise Política dos anos 90

Aproximar-se mais da democracia direta e empregar com maior frequência mecanismos em que a população decide no voto sobre temas polêmicos ou questões orçamentárias pode ajudar a fortalecer o atual sistema representativo brasileiro.²³

A reforma política é um tema extremamente polêmico e amplo. Polêmico por que não é um tipo de assunto que nos leva a consensos em processos simples e curtos. É necessário muito debate, contribuições, discussões e análises para depois de um processo de maturação tomar decisões para que se chegue a algumas conclusões e sugestões que possam fazer com que o debate e a realidade avancem. É um tema amplo por que envolve desde as questões estruturais do Estado até as questões que perpassa os indivíduos-cidadãos, inclusive em questões de ordem subjetivas.

A Constituição de 1988 pode ser considerada a partir desta temática como sendo uma primeira proposta de Reforma Política pós-ditadura militar, considerando que ela está inserida no contexto de reabertura política iniciada em 1979 e culmina com sua própria promulgação no Capítulo dos Direitos Políticos ressaltando o direito do cidadão a voto, a organização partidária.

O processo anterior a Constituinte é também um marco, pois devemos considerar, além da conjuntura de reordenamento do Estado brasileiro, o processo de fortalecimento das organizações sociais, dos diferentes sujeitos sociais, entre eles os sindicatos, movimentos, fóruns de direitos, entre outros. Toda uma rede social que adotou a dinâmica participativa para contribuir com os parlamentares constituintes na elaboração da futura Constituição Federal. Este processo democrático e participativo foi reconhecido como “plenarinho”. Vários atores e sujeitos sociais, desde a juventude, a dona de casa, o trabalhador, entre outras, foram convidados a pensar sobre seus direitos e deveres.

Inicialmente já vislumbra a dinâmica e a importância da Reforma Política na perspectiva de ressaltar a importância da participação popular na construção do Estado Democrático e de Direito a partir de todos os cidadãos. Se há necessidade hoje de uma reforma ampla, deve-se considerar efetivamente com a presença dos cidadãos e de seus diferentes grupos e formas de associação.

²³SENADO FEDERAL. Todo poder emana (diretamente) do Povo in *Jornal do Senado*, 11 de maio de 2009, página 08.

Além da participação popular, é preciso ressaltar a importância da educação para a cidadania. No sentido de que o processo formativo dos cidadãos deve-se desenvolver no processo formal e também informal, para que todos, independente de sua condição sócio-política-econômica e geracional, possam contribuir num processo de interação entre cidadãos-educadores e cidadãos-educandos a fim do amadurecimento social do individuo e do coletivo.

As Reformas Políticas

Vejam agora quais são as reformas políticas que estão hoje no debate de diferentes instituições e sujeitos sociais:

- a) Reforma Política de Estado;
- b) Reforma Política Partidária e Eleitoral; e
- c) Reforma Política Eleitoral de Conjuntura.

Diante destas simples possibilidades de Reforma Política façamos a seguinte interrogação: qual é a principal reforma a ser feita pelo Estado brasileiro?

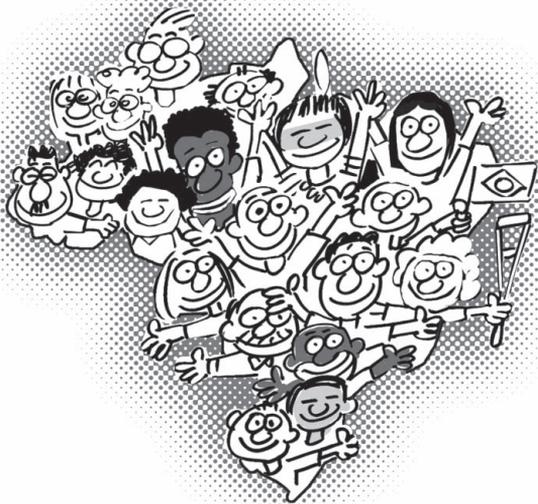
Em quase todos os períodos pré-eleitorais desde o governo Itamar a temática da Reforma Política ocupa a agenda da mídia, dos governantes e parlamentares, e da sociedade civil organizada, motivada principalmente pelos inúmeros casos e situações envolvendo políticos com a corrupção na administração pública. Isso ocorreu durante os oito anos do governo FHC e nos sete anos do governo Lula. Todos os candidatos presidenciais colocaram em seus programas e debates a prioridade número 1 para a reforma política. Ao iniciar os mandatos presidenciais a reforma política deixou de ser prioridade e volta-se novamente para a fase inicial das discussões aguardando outra oportunidade de escândalos e corrupções para colocar em pauta a temática.

Neste mesmo cenário político nacional muito se falou de reformas, como por exemplo: a tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, política e eleitoral. Pelo que percebemos a única que foi colocada em prática e por diversas vezes tem sido a previdenciária e a trabalhista. Pois atinge diretamente os direitos dos trabalhadores a fim de atender aos interesses dos empresários e da máquina pública.

Porém a Reforma Política que é a que possibilita um amplo debate na sociedade para iniciar uma ampla e necessária Reforma de Estado, conservando suas características democráticas e republicanas, infelizmente não avança.

Em 2005, por conta das inúmeras denúncias de corrupção, lançou-se a idéia de uma possibilidade de convocar uma Assembléia Constituinte com deputados eleitos somente para este fim e com competências restritas a determinados assuntos. Chegou-se a pensar que esta Assembléia Constituinte poderia inclusive ser a assembléia revisora da Constituição Federal de 1988. A idéia foi lançada, porém não agregou muitos apoiadores.

A outra possibilidade era que de o próprio Senado e a Câmara dos Deputados pudessem se empe-



expectativas.

Há de ser considerado também que a composição atual do Senado e da Câmara dos Deputados é formada por um grupo majoritariamente de políticos tradicionais e conservadores, representantes de partidos que estabelecem relações clientelistas, de características predominantemente machista e etnicamente branca.

A reforma que abordamos acima se refere a Reforma Política de Estado com uma ampla agenda de reforma que envolve os poderes executivo, legislativo e judiciário, além de estabelecer novas regras partidárias e eleitorais. Neste modelo de reforma encontramos o trabalho desenvolvido pela ABONG, INESC e outras entidades na construção da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política Ampla que será abordada pelo Antonio Moroni.

A sociedade em geral, motivada principalmente pelas organizações da sociedade civil e pelos movimentos sociais e populares, sindicatos e setores de vanguarda da Igreja Católica e de outras denominações religiosas foram dando alguns passos importantes na mobilização de lideranças, na produção de inúmeras cartilhas, e também na promoção de campanhas, dentre elas destaca-se a coleta de assinaturas para os projetos de lei de iniciativa popular. O primeiro considerado como a lei “contra a corrupção eleitoral” (Lei 9.840/97) e agora a segunda iniciativa para aprovar a lei “Ficha Limpa”²⁴.

²⁴ Há inúmeras sugestões quanto ao projeto sobre a condição de condenação do político ou do cidadão que deseja se candidatar nas eleições, o texto original estabelece como regra a proibição de inscrição de candidato o cidadão/político que tiver sido julgado em primeira instância; outros setores, principalmente o político, considera que a condenação deva ser em segunda ou última instância.

²⁵ A mobilização é organizada pelo Movimento Nacional de Combate a Corrupção – MCCE com a participação da CNBB, OAB, Magistrados do Brasil, entre outros. Vale destacar a presença também de inúmeras entidades e associações de âmbito nacional, estadual e local que na verdade são os efetivos realizadoras da campanha, pois a coleta de assinaturas só se tornou possível graças a estes milhares de cidadãos empenhados em suas organizações.

nhar na revisão constitucional na perspectiva de atualizar a carta magna, reformar o Estado brasileiro e também estabelecer novas regras partidárias e eleitorais a fim de coibir uma série de distorções no processo político.

Possibilidade esta que encontra oposição dentro do próprio parlamento e nos setores dos movimentos sociais e populares. O argumento contrário é de que as regras do jogo político-partidário, eleitoral e das mudanças na estrutura do Estado não atenderiam as expectativas, pois os compromissos políticos dos parlamentares com outros setores conservadores e os próprios interesses políticos dos parlamentares poderiam não corresponder as

O projeto de iniciativa popular “Ficha Limpa” em outubro de 2009 foi entregue com a assinatura de 1 milhão e 300 mil eleitores brasileiros ao Congresso Nacional, protocolada pelas entidades²⁵ de expressão nacional e co-apoiadas por inúmeros deputados de vários partidos. Infelizmente o projeto somente entrará em pauta na retomada dos trabalhos em 2010, caso seja aprovada logo nos primeiros meses será aplicada de forma imediata nas eleições federais e estaduais.

Por conta de lentidão do Congresso Nacional em aprovar mudanças reais no sistema político, partidário e eleitoral, ou seja, uma Reforma Político Eleitoral. O Poder Judiciário vem nos últimos quinze anos assumindo a responsabilidade de legislar sobre matéria político-partidária e eleitoral. Reformas consideradas como “mini-reformas” que procuram corrigir distorções em períodos eleitorais, porém não resolvem as grandes distorções do sistema que ainda persistem.

Tivemos como exemplo as eleições de 2002 e 2006²⁶ quando o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu uma série de mudanças a fim de dar maior transparência ao processo eleitoral: proibindo partidos fecharem coligações estaduais diferentes da coligação nacional; estabelecendo a cláusula de barreira mínima para os partidos terem direitos ao financiamento público, acesso ao tempo de televisão entre outros.

O Congresso Nacional também aprovou mini-reformas em 2002 e 2006 proibindo o uso de inúmeros materiais como camisetas, bonés, brindes diversos, a fim de coibir o poder econômico no processo eleitoral.

E por fim, temos a última mini-reforma com a lei 12.034/09 que atende apenas ao interesses dos políticos com mandatos onde se estabelece as novas regras para a utilização das ferramentas eletrônicas como site, e-mails, doações eletrônicas através de cartões de créditos, entre outros.

Mais uma vez uma mini-reforma que não conseguirá alterar o resultado final com a eleição de políticos éticos, com mandatos democráticos e participativos, e comprometidos com as demandas populares. Pelo contrário, reforçará a possibilidade e as chances dos atuais parlamentares serem reconduzidos aos seus respectivos ou novos cargos.

Uma reforma política que atende as inúmeras demandas da sociedade civil dificilmente seria aprovada pelos parlamentares. Pois há muitas resistências quanto da participação efetiva das mulheres na arena política, dos afro-descendentes, dos homossexuais, do voto e da eleição distrital, do financiamento público de campanha, das listas fechadas e pré-ordenadas, entre outros.

A ampla reforma teria que discutir sobre assuntos para além da agenda eleitoral como, por exemplo, a necessidade ou não do Senado Federal, da redistribuição da representação dos deputados com base em regras mais coerentes, a democratização do Poder Judiciário, entre outros.

A atual estrutura de Estado e o modelo político-eleitoral favorecem a manutenção dos interesses de grupos e de políticos profissionais, as crescentes denúncias de corrupção envolvendo administrado-

²⁶Lei Federal 11.300/05 (Mini-reforma político-eleitoral).

²⁷ STOREL, Antonio Oswaldo. Nepotismo, Atos Secretos e Democracia in Folha da Cidade. Piracicaba: 20 de agosto de 2009, página 02.



res públicos e privados, a promiscuidade da política partidária com os setores hegemônicos da economia, que prejudicam de forma violenta a população, de modo acentuado sobre os mais pobres, por conta da ingerência dos recursos e das políticas públicas de governo e de compensação.

Há também fragilidades na perspectiva da sociedade civil, conforme relata Antonio Oswaldo Storel quando afirma *“mas o fator cultural que mais dificulta o avanço do aprimoramento democrático é, sem dúvida nenhuma, a apatia (que tem como causa o comodismo, a falta de conhecimento ou de consciência) da população para o exercício pleno e efetivo do chamado controle social sobre os órgãos do governo. Porém, é preciso ressaltar que contribui em muito para essa apatia, as más intenções generalizadas, tanto por conta daqueles que estão no governo, como daqueles que estão no meio da população e que buscam dar primazia aos seus próprios interesses, sejam individuais ou de grupos, em detrimento do bem comum”*.²⁷

Além da reforma política é preciso criar novos mecanismos de controle público sobre o orçamento e a administração pública a fim de evitar desvios. A sociedade precisa exigir o controle da elaboração, decisão e execução do orçamento público. Exigir mais transparência e resultados de metas e menos marketing eleitoral em torno de obras e serviços que aparecem apenas em anos anteriores as eleições.

Parafraçando o cientista político Georges Burdeau precisamos superar os males e problemas decorrentes do sistema democrático com o aprimoramento, ou melhor, a radicalização dos processos democráticos, cada vez menos representativo e cada vez mais participativo e direto.

Sendo assim, conclui-se o seguinte quadro das possibilidades de reformas políticas: a reforma político-eleitoral ou a reforma eleitoral de conjuntura, que está sendo feita pelo Legislativo e às vezes pelo Judiciário, a fim de adequar determinados comportamentos políticos; a Reforma Política de Estado, portanto de caráter geral e amplo, através da convocação de uma assembléia constituinte exclusiva e com a participação popular; ainda há a necessidade de uma reforma na perspectiva da administração pública com a redução de cargos comissionados, diminuição de assessorias e diretorias, etc, que poderá ser também contemplada na Reforma Política de Estado; e por fim a reforma política de longo prazo que envolve a formação dos cidadãos na perspectiva de criar novas lideranças políticas e a conscientização em massa do povo.

A Reforma Política é o principal instrumento de transformação na relação entre cidadãos e Estado; entre representantes e representados; e também na relação entre governabilidade e democracia. Fica o desafio para nós registrarmos na história política do Brasil a construção de uma nova cultura e prática política que amplie continuamente a participação popular e aproximação dos cidadãos dos espaços de controle público.

Reforma do sistema político: devolver o poder ao povo

José Antonio Moroni²⁸

A reforma política é tema recorrente na vida política brasileira. Está presente na agenda dos congressistas há vários anos, mas sempre orientada pelos interesses eleitorais e partidários. É o chamado casuísmo eleitoral – geralmente, alterações de curto prazo e de curta duração. Como por exemplo, a reeleição. Por isso que, a maioria tem a concepção de reforma política como apenas reforma do sistema eleitoral.

Esta presente, também, nas discussões acadêmicas e na mídia. Na academia mais como um objeto a ser estudado/pesquisado e na mídia, quase sempre, como a solução de todos os males do país ou de forma pejorativa. Para ambos, um instrumento para melhorar a governabilidade do Estado (manter as elites no poder) ou, aumentar sua eficiência (como atender melhor aos interesses das elites).

No âmbito da sociedade civil organizada, das organizações e movimentos, que defendem o interesse público, aqui entendido como os interesses da maioria da população, e a radicalização da democracia, a reforma política está inserida em um contexto mais amplo que necessariamente diz respeito a mudanças no sistema político, na cultura política, na sociedade e no próprio Estado. Esta concepção está sistematizada na Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político www.reformapolitica.org.br

Por isso os princípios democráticos que devem nortear uma verdadeira reforma política são: da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, da transparência e do controle social. Em resumo, entendemos como reforma política a reforma do próprio processo de decisão, portanto, a reforma do poder e da forma de exercê-lo.

Uma verdadeira reforma política deve enfrentar problemas que estão na origem do nosso país, tais como, o patriarcado, o patrimonialismo, a oligarquia, o nepotismo, o clientelismo, o personalismo e a corrupção. A corrupção aqui entendida também como a usurpação do poder do povo. Isso se manifesta em frases que escutamos em todos os lugares, “votar para que, se voto para mudar e as coisas não mudam” ou “votar para que, se depois eles fazem o que querem”.

Na Carta de 88, os constituintes elegeram como os objetivos fundamentais da República Brasileira “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

²⁸José Antonio Moroni, colegiado de gestão do INESC e da executiva nacional da ABONG (Associação Brasileira de ONGs).



Se todo o poder emana do povo, conforme define a nossa constituição, pensar a reforma política é pensar como este poder deve ser devolvido ao povo que tem o direito de exercê-lo de forma direta e não apenas por delegação.

A incapacidade das instituições vigentes de concretizarem plenamente os objetivos da Constituição, o aumento do sentimento de distância entre os/as eleitores/as e seus/suas representantes coloca em risco a crença nos processos democráticos. Este é um risco que não podemos correr.

Democracia é muito mais que o direito de votar e ser votado. Não podemos apenas ser chamados a participar nos momentos eleitorais. Precisamos criar novos mecanismos de participação, que resgate o poder de decisão da população.

A Reforma Política que defendemos visa a radicalização da democracia, para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade, fomentar a participação cidadã. Isto significa uma reforma que amplie as possibilidades e oportunidades de participação política, capaz de incluir e processar os projetos de transformação social que segmentos historicamente excluídos dos espaços de poder, como as mulheres, afro-descendentes, homossexuais, indígenas, jovens, pessoas com deficiência, idosos e todos os despossuídos de direitos trazem para o cenário político.

Não queremos a “inclusão” nesta ordem que aí está. Queremos mudar esta ordem. Por isto, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarca-

do a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar.

A construção de uma verdadeira reforma do sistema político precisa estar alicerçada em cinco eixos:

- 1 - Fortalecer a democracia direta;
- 2 – Fortalecer a democracia participativa;
- 3 – Aprimorar a democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos
- 4 - Democratizar a informação e a comunicação e a
- 5- Democratização e Transparência no Poder Judiciário

Para aprofundar as propostas por eixos, acessar o site www.reformapolitica.org.br.

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme projeto de lei, proposto pela OAB e CNBB, em tramitação no Congresso Nacional. Precisa também criar novas formas e mecanismos de participação direta. Mas para isso é fundamental o acesso as informações publicas, entre elas as orçamentárias. É uma vergonha que ate hoje no Brasil o executivo não disponibiliza de forma clara e transparente essas informações.

Precisa também repensar a atual arquitetura da participação. A multiplicação de espaços participativos não significa automaticamente a partilha de poder. Isso ficou evidente no processo de consulta realizado em 2003 sobre o PPA, onde nenhum dos acordos feitos em relação a continuidade do processo foram cumpridos. Precisamos caminhar na direção da **construção de um sistema integrado de participação** que inclua a política econômica e não apenas as políticas sociais.

Precisamos aprimorar e fortalecer a democracia representativa. Priorizando a democratização dos partidos e a qualificação dos processos eleitorais. A fidelidade partidária, financiamento público exclusivo de campanha, votação em lista fechada e a possibilidade de revogação de mandatos pela população devem ser prioridades. Antes de tudo é necessário criar a equidade nas disputas políticas que se fazem via mecanismos da democracia representativa.

É preciso democratizar a vida social, as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, na vida privada e na esfera pública. É preciso democratizar as relações de poder. Portanto democracia é muito mais que apenas um sistema político formal, é também a forma como as pessoas se relacionam e se organizam. Neste sentido reforma política é devolver o poder ao povo de onde ele nunca devia ter saído.

Reforma política com participação popular

Carmem Cecília Souza Amaral e Luciano Santos²⁹

O tema tem sido recorrente, Reforma Política e Eleitoral, mas infelizmente não temos tido grandes progressos na tentativa de reformar a maneira de fazer política no Brasil. Recentemente mais uma alteração na legislação eleitoral, apelidada de mini-reforma eleitoral, por meio da Lei 12.034 que de afogadilho foi aprovada nada trouxe de animador.

Alguns retrocessos ainda foram aprovados como a liberação das candidaturas de quem teve contas de campanha reprovadas e a responsabilidade de dívidas de campanha de candidatos pelos partidos, ou seja o Congresso perdeu mais uma oportunidade de realizar uma Reforma Política verdadeira que poderia moralizar o processo eleitoral.

As dificuldades são enormes uma vez que para aprovação de uma Reforma dependemos dos legisladores que serão atingidos diretamente pelas mudanças que forem feitas.

Não deveria ser assim, pois o interesse maior é o que o povo soberano pudesse escolher, mas para isso teríamos que ver ser aplicado os princípios constitucionais do Referendo, Plebiscito e outras formas de democracia participativa direta que parece não ser de muito interesse daqueles que detêm o poder.

Algumas participações mais ousadas têm sido feitas pelo MCCE, Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral, como a Lei 9840, primeira Lei de Iniciativa Popular que com mais de um milhão de assinaturas aprovou a alteração da Lei 9504, em seu artigo 41-A que cassa os candidatos que compram voto e sua eficácia esta demonstrada pelos mais de 600 candidatos cassados, incluindo ai governadores, senadores, deputados federais e estaduais e prefeitos e vereadores, que ainda não esta atualizado, podendo chegar a 1.000 cassados com os processos ainda não julgados.

Agora outra experiência também do MCCE leva ao Congresso outro projeto de iniciativa popular que recolheu mais de um milhão e trezentas mil assinaturas que prevê a inelegibilidade dos candidatos que tenham condenação em processos, projeto este que esta tramitando na Câmara sob o nº. 518/2009 e enfrenta as dificuldades já previstas que são aqueles que possuem diversas condenações e se escondem sob o manto da imunidade parlamentar e do foro privilegiado.

De qualquer forma estas experiências demonstram que o cidadão que se mobiliza consegue realizar transformações significativas podendo como se vê inclusive propor alterações na Lei e obrigar os seus representantes a agir conforme sua vontade, necessitando lógico de um esforço descomunal e muita mobilização para romper as barreiras que não

²⁹Membro da coordenação da Pastoral de Fé e Política na Arquidiocese de São Paulo; e advogado e membro da coordenação do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE.

são poucas.

Assim tem sido com as entidades que participam das atividades legislativas nas Câmaras de Vereadores e Assembléias fiscalizando as atividades parlamentares dos eleitos como o Voto Consciente, Instituto Agora bem como o Movimento Nossa São Paulo que tem apresentado projetos que exigem do chefe do executivo eleito que estabeleça metas de governo baseadas em suas propostas de campanha e que as mesmas sejam obrigatórias para o seu cumprimento de mandato, evitando assim que faça propaganda enganosa e depois não cumpra nada. Outras propostas têm sido apresentadas bem como exerce uma fiscalização séria sobre as atividades do legislativo e do executivo, com um trabalho exemplar nas proposituras de propostas e acompanhamento dos projetos existentes.

Na verdade necessitamos de mudanças que possam trazer melhor seriedade ao processo eleitoral. Uma das possíveis mudanças seria o financiamento publico de campanha que conta com uma grande desconfiança da população em geral que pensa que os recursos que seriam usados nas campanhas, dinheiro publico seriam mais bem empregados se usados na educação e saúde, o que não pensam é que hoje o financiamento já conta com dinheiro publico que é aquele que o governo deixa de receber das emissoras de radio e televisão pela compensação dos horários disponibilizados para os partidos e nas campanhas eleitorais. Parte também é financiada com o fundo partidário distribuído pelo TSE aos partidos conforme suas bancadas na Câmara e que depois são repassados pelos partidos aos seus candidatos.

A outra parte do financiamento das campanhas é obtida junto às empresas e é chamado de financiamento privado das campanhas, no entanto quem acaba pagando estas doações é o próprio cidadão, pois as empresas que fazem as doações são diretamente ligadas à administração publica e interessadas nos contratos que podem obter e ao doar se qualificam junto aos eleitos para disputar os contratos com preços super faturados que oneram o cidadão, assim melhor seria o financiamento publico direto que já limitaria os gastos de campanha e aos que utilizassem dinheiro de caixa dois caberia punição pesada para evitar o desequilíbrio do pleito.

Lógico que só o financiamento publico não resolveria o problema da corrupção, mas poderia ser um bom instrumento de fiscalização.

Outra proposta que esta atrelada ao financiamento publico de campanha é a lista fechada que obrigaria que os gastos e a prestação de contas fossem feitos pelo partido e não por candidato tornando mais fácil e concentrada a prestação de contas bem como a fiscalização e controle por parte da Justiça Eleitoral. Esta proposta enfrenta resistência por aqueles que consideram que os dirigentes partidários também concentrariam muito poder e o usariam para escolher os primeiros da lista.

Alem destas mudanças temos o fim das coligações proporcionais que impediriam o desvirtuamento da vontade do eleitor, pois vota em um candidato e acaba elegendo ou-

tro e o pior é que às vezes é de outro partido.

Temos ainda a cláusula de barreira que estabelece um percentual mínimo de resultados aos partidos para que os mesmos possam eleger seu representante no Congresso, este tema assim como os demais são bastante polêmicos e exigem uma ampla discussão para não se cometer injustiças e cercear a participação democrática dos pequenos partidos.

Existem ainda pontos que precisam ser debatidos como o voto facultativo, limitação de mandatos aos membros do legislativo, ou seja, Senadores, Deputados e Vereadores para impedir que se profissionalizem como políticos desvirtuando o princípio da representatividade popular e alternância no poder.

Outras questões relevantes são a obrigatoriedade de votação aos suplentes de Senador, a maior participação das mulheres e das minorias raciais, ou seja, maior democratização do poder e aprimoramento dos mecanismos de democracia direta para que o cidadão possa exercer sua cidadania na plenitude.

Mas todas estas mudanças não se fazem sem a mobilização da sociedade e é imprescindível que todos os seguimentos estejam conscientes da responsabilidade que temos na condução deste trabalho que é contínuo e que só assim poderemos consolidar a democracia.

CICLO DE DEBATES

MODELO DE DESENVOLVIMENTO E O PROJETO POPULAR PARA BRASIL



PROGRAMAÇÃO

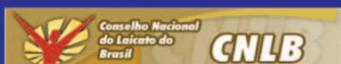
Sábado, 29/06, 14h00 - Reforma Tributária e a Defesa dos Direitos Sociais
 Sábado, 05/06, 14h00 - Desenvolvimento e as Mudanças Ambientais e Climáticas
 Sábado, 03/10, 14h00 - Crise, arquitetura Financeira e a Auditoria da Dívida
 Sábado, 07/11, 14h00 - Democracia Participativa e o Projeto Popular
 Sábado, 05/12, 14h00 - Reforma Política com Participação Popular

APOIOS

PROGRAMA JUSTIÇA ECONÔMICA - CAFOD
 FASTENOPFER - INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO - CONSELHO DE LEGISLAÇÃO
 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - CENTRO DE ESTÁGIO, PESQUISA E ESTUDO
 SOBRE SEGURIDADE SOCIAL.

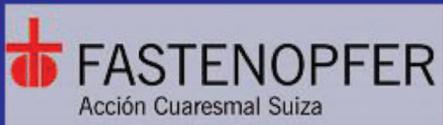
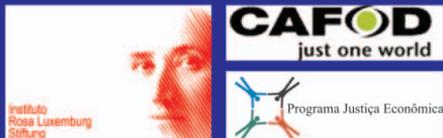


Organização



Campanha da Fraternidade da Arquidiocese de São Paulo

Apoio



Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de São Paulo
Centro de Estágio Pesquisa e Estudo em Seguridade Social

Construir um modelo de desenvolvimento que não seja predador, extrativista e agressivo é o desafio de todos nós. Queremos, em mutirão, construir um mundo economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário, culturalmente plural e ambientalmente sustentável.